



Prefeitura Municipal de Mirangaba

CNPJ: 13.913.371/0001-06, Avenida Jonas Carvalho, 125, Centro, Mirangaba-Bahia, CEP:44.745-000.

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 016/2024

I. REGÊNCIA LEGAL: LEI FEDERAL 14.133/2021 DECRETO MUNICIPAL Nº 83/2017 QUE REGULAMENTA O PREGÃO, E O DECRETO MUNICIPAL Nº 84, DE 02 DE JANEIRO DE 2017, QUE REGULAMENTA O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.	
II. ÓRGÃO GERENCIADOR SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	
III. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 016/2024 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO	IV. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0135/2024
V. TIPO DE LICITAÇÃO MENOR PREÇO POR LOTE	
VI. OBJETO O OBJETO DA PRESENTE COMPETIÇÃO É A ESCOLHA DE PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE FORMA PARCELADA DE MATERIAIS HIDRÁULICO GERAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANGABA, BAHIA.	
VIII LOCAL E DATA DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS, DOCUMENTOS RELATIVOS À HABILITAÇÃO E INÍCIO DA ABERTURA DOS ENVELOPES. DATA: 22/10/2024 HORA: 09:00H LOCAL: PREFEITURA DE MUNICIPAL DE MIRANGABA (SALA DE LICITAÇÕES)	
IX ÓRGÃOS PARTICIPANTES SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO.	
XII LOCAL E HORÁRIO PARA ESCLARECIMENTOS SOBRE ESTE EDITAL PREFEITURA DE MUNICIPAL DE MIRANGABA- BA, SALA DE LICITAÇÕES, DAS 08:00 H AS 12:00 EM DIA ÚTIL.	
<div style="text-align: center;"><hr/>CLÓVIS FERREIRA DE ALMEIDA Secretário Municipal de Agricultura, Abastecimento.</div>	



Prefeitura Municipal de Mirangaba

CNPJ: 13.913.371/0001-06, Avenida Jonas Carvalho, 125, Centro, Mirangaba-Bahia, CEP:44.745-000.

XIII – OBJETO

13.1 – Constitui objeto da Presnte Licitação o registro de preços para eventual fornecimento de forma parcelada de **materiais hidráulicos em geral**, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Mirangaba, Bahia, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

13.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem do seu interesse.

13.2.1. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR LOTE**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto, conforme tabela constante do Termo de Referência.

13.3. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.3.1. ANEXO I - Termo de Referência

13.3.2. ANEXO II – Modelo de Proposta de Preço.

13.3.3. ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços.

13.3.4. ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato.

13.3.5. ANEXO V - Modelo de declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação (art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021).

13.3.6. ANEXO VI - Modelo de declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, inciso IV, da Lei 14.133/2021).

13.3.7. ANEXO VII - Modelo de declaração de microempresa e empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

13.3.8. ANEXO VIII - Modelo Declaração da licitante de cumprimento ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (art. 68, inciso VI, da Lei 14.133/2021).

13.3.9. ANEXO IX - Modelo de declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

13.3.10. ANEXO X – Modelo de Declaração de empregado não servidor público.

13.4 DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.4.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 14.133, de 2021.

13.4.2 A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços.

13.4.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

13.4.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, ao máximo cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento



Prefeitura Municipal de Mirangaba

CNPJ: 13.913.371/0001-06, Avenida Jonas Carvalho, 125, Centro, Mirangaba-Bahia, CEP:44.745-000.

convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

13.4.5. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

13.4.6. Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

13.4.7. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

13.4.8. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

13.4.9. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

XIV - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

14.1. Poderão participar deste Pregão os interessados pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação e devidamente credenciados.

14.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

14.3. Não poderão disputar esta licitação:

14.4. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

14.5. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

14.6. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

14.7. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

14.8. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;



Prefeitura Municipal de Mirangaba

CNPJ: 13.913.371/0001-06, Avenida Jonas Carvalho, 125, Centro, Mirangaba-Bahia, CEP:44.745-000.

- 14.9. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 14.10. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 14.11. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 14.12. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 14.13. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição; (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);
- 14.14. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 14.15. O impedimento de que trata o item 14.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 14.16. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 14.5 e 14.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 14.17. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 14.19. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 14.20. A vedação de que trata o item 14.6 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

XV - PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

15.1. O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, as disposições na Lei 14.133/2021.

15.2. Para o julgamento das propostas e Habilitação, o Pregoeiro poderá utilizar-se de assessoramento técnico ou jurídico, através de consultas em tempo real, podendo solicitar parecer técnico que integrará o processo.

XVI – CREDENCIAMENTO

16.1. Para fins de credenciamento, a empresa participante deverá enviar um representante munido de documento que o credencie à participação, respondendo este pela representada, devendo, ainda, no ato de entrega dos envelopes, identificar-se entregando cópia autenticada da Carteira de Identidade ou outro documento equivalente, bem como de documento que o indica a participar deste procedimento licitatório e que contenha autorização para responder por sua representada (Licitante). A Credencial deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa e deverá vir acompanhada de



Prefeitura Municipal de Mirangaba

CNPJ: 13.913.371/0001-06, Avenida Jonas Carvalho, 125, Centro, Mirangaba-Bahia, CEP:44.745-000.

cópia autenticada de Estatuto, Contrato Social ou Requerimento de empresário. Cada credenciado poderá representar apenas um licitante;

16.2. Como documento válido de indicação para credenciamento somente será aceito Instrumento Público de Procuração ou Instrumento Particular com firma reconhecida, outorgando, ao representante, poderes específicos para a prática de todos os atos inerentes ao Pregão, especialmente para formular ofertas e lances de preços, em nome da empresa representada. Deverá vir acompanhada de cópia autenticada de Estatuto, Contrato Social ou Requerimento de empresário e cópia autenticada da Carteira de Identidade ou outro documento equivalente;

16.3. No caso de Instrumento particular de procuração, deverá ficar comprovado que o subscritor da procuração tem poderes para tal delegação, mediante a apresentação de cópia autenticada do contrato social e/ou outro documento constitutivo, devidamente registrado em cartório. Apresentar cópia autenticada da Carteira de Identidade ou outro documento equivalente;

16.4. Em sendo sócio, proprietário ou dirigente da Licitante, deverá apresentar cópia autenticada do respectivo Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, Contrato Social ou Requerimento de empresário, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações, conjuntamente com cópia autenticada da Carteira de Identidade ou outro documento equivalente;

16.4. Em sendo sócio, proprietário ou dirigente da Licitante, deverá apresentar cópia autenticada do respectivo estatuto, contrato social ou Requerimento de empresário, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações, conjuntamente com cópia autenticada da Carteira de Identidade ou outro documento equivalente;

16.5. Não será admitida procuração com poderes gerais que não outorguem poderes para prática de atos de processo licitatório;

16.6. O licitante ou o seu representante que não se credenciar ou não comprovar seus poderes estará impedido de apresentar lances, formular intenção de recurso ou manifestar-se, de qualquer forma, durante a sessão;

16.7. Os licitantes deverão entregar ao Pregoeiro(a) a **DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**, preferencialmente conforme modelo constante no **ANEXO V; Modelo de declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.**, preferencialmente conforme modelo constante no **ANEXO IX; DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGADO SERVIDOR PÚBLICO**, preferencialmente conforme modelo constante no **ANEXO X**.

16.8. As microempresas e empresas de pequeno porte, bem como os microempreendedores individuais – MEI deverão apresentar **DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, OU COOPERATIVA ENQUADRADA NO ARTIGO 34 DA LEI Nº 11.488, DE 2007**, preferencialmente conforme modelo constante no **ANEXO VII**, a fim de usufruir dos benefícios concedidos pela Lei complementar 123/2006;

16.9. Os Documentos do Credenciamento e as declarações acima citadas serão entregues a(o) Pregoeiro(a), fora dos envelopes A - proposta de preços e B – Doc. de habilitação.

16.10. *A apresentação de declarações falsas relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.*



Prefeitura Municipal de Mirangaba

CNPJ: 13.913.371/0001-06, Avenida Jonas Carvalho, 125, Centro, Mirangaba-Bahia, CEP:44.745-000.

16.11. O envelope da proposta de preços deverá ser entregue após a conclusão do credenciamento, não sendo mais aceita alterações de propostas.

16.12. Qualquer interessado poderá se credenciar até o momento em que o Pregoeiro declarar encerrada a fase de credenciamento.

16.13. Uma vez finalizado o Credenciamento NÃO cabe desistência da Proposta.

XVII – SESSÃO DE ABERTURA E APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

17.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital, quando o licitante, ou o seu representante, após a fase de credenciamento, deverá apresentar ao Pregoeiro os seguintes documentos:

17.2. Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte, ou de cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, quando for o caso (anexo VII), sob pena de não usufruir do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006;

17.2.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadrar em qualquer das vedações do artigo 3º, parágrafo 4º, da Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá usufruir do tratamento diferenciado previsto em tal diploma e, portanto, não deverá apresentar a respectiva declaração.

17.3. Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação (anexo V); Declaração da licitante de que a proposta econômica compreende a integralidade aos custos (art. 63, §1º, da lei nº 14.133/2021) (anexo IX); Declaração de não empregado servidor público (anexo X).

17.4. Após realizado o credenciamento e entrega das Declarações, deverá ser entregue o ENVELOPE “A” - PROPOSTAS DE PREÇOS –, para análise e julgamento.

17.5. A inversão do conteúdo dos envelopes acarretará a inabilitação ou desclassificação do licitante.

17.6. Todos os documentos deverão ser apresentados em original, em cópia autenticada por cartório competente ou servidor da administração, ou por meio de publicação em órgão da imprensa oficial.

17.6.1. No caso de cópia autenticada por servidor da administração esta deverá ser feita pelo Pregoeiro ou sua equipe de apoio, na sala de licitações, em horário de atendimento ao público, preferencialmente até 01 (um) dia útil antes da abertura do certame.

17.6.2. Somente serão autenticadas pelo Pregoeiro e equipe de apoio fotocópias que possam ser conferidas com documento original.

17.7. Os documentos extraídos via internet e/ou os que possam ter sua autenticidade comprovada pela internet, encontram-se dispensados de apresentação em original ou fotocópia autenticada, podendo a confirmação da autenticidade dos dados ser realizada por servidor municipal no endereço oficial (site) do órgão emitente.

17.8. No caso de reconhecimento de firma o Pregoeiro poderá fazer a verificação por semelhança através da carteira de identidade ou documento equivalente, conforme Lei 13.726/2018.

17.9. Os erros formais ou materiais que puderem ser sanados em sessão, não ensejaram em desclassificação ou não credenciamento das participantes.

XVIII - PROPOSTA DE PREÇOS - ENVELOPE "A"

18.1. Envelope da proposta de preços, fechado e rubricado no fecho, opaco, contendo em sua parte externa e frontal, em caracteres destacados, os seguintes dizeres:

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
PREFEITURA DE MUNICIPAL DE MIRANGABA
PROPOSTA DE PREÇOS – A
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 016/2024



Prefeitura Municipal de Mirangaba

CNPJ: 13.913.371/0001-06, Avenida Jonas Carvalho, 125, Centro, Mirangaba-Bahia, CEP:44.745-000.

18.2. A proposta de preços, emitida por computador ou datilografada, em papel timbrado da empresa, redigida em língua portuguesa, com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada, como também rubricadas todas as suas folhas pelo responsável legal, deverá conter:

18.2.1. As características do objeto de forma clara e precisa, indicando marca, fabricante, modelo e demais dados pertinentes, conforme caso, e especificações constantes do Termo de Referência;

18.2.2. Preço unitário e total por lote, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando as quantidades constantes do Termo de Referência;

18.2.3. No preço cotado deverão estar todas as despesas tais como, entre outras, as correspondentes à mão de obra, aquisição e transporte de materiais, máquinas e equipamentos, tributos (impostos, taxas, contribuições fiscais e parafiscais), emolumentos, seguros, inclusive contra acidentes de trabalho, encargos sociais e trabalhista de qualquer natureza;

18.2.4. Os preços cotados deverão ser referidos à data de recebimento das propostas, considerando-se a condição de pagamento à vista, não devendo por isso, computar qualquer custo financeiro para o período de processamento das faturas;

18.2.5. Prazo de entrega, conforme parâmetro máximo do Termo de Referência;

18.2.6. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sua apresentação.

18.2.7. A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

18.2.8. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o vencedor;

18.2.9. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

18.3. A proposta de preço deverá conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante, para fins de pagamento (caso seja o vencedor).

XIX – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

19.1. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

19.1.2. Não serão aceitas Propostas de Preços que apresentarem preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie formalmente à parcela ou à totalidade da remuneração;

19.1.3. Os erros formais ou materiais que puderem ser sanados em sessão, sem alteração do valor final da proposta, não ensejarão em desclassificação da Proposta comercial.

19.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada em Ata.

19.3. O Pregoeiro classificará o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço, para participação na fase de lances.

19.3.1. Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o



Prefeitura Municipal de Mirangaba

CNPJ: 13.913.371/0001-06, Avenida Jonas Carvalho, 125, Centro, Mirangaba-Bahia, CEP:44.745-000.

máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos;

19.4. No caso de empate entre duas ou mais propostas, o pregoeiro selecionará todas as propostas em condição de igualdade para a etapa competitiva de lances verbais.

19.4.1. Nesse caso, será efetuado sorteio para definir a ordem de classificação das propostas para formulação dos lances verbais.

19.4.1.2. Sempre que houver sorteio, este constará da ata de forma circunstanciada.

19.5. Havendo apenas uma proposta, desde que atenda a todas as condições do edital e esteja compatível com o valor estimado pelo órgão, esta poderá ser aceita, devendo o pregoeiro negociar, visando obter menor preço.

19.6. Com base no Art. 24 do Decreto Municipal nº 206 de 12 de maio de 2021, as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas nas regiões prioritárias, definidas, por este regulamento, como aquelas estabelecidas/sediadas nos limites territoriais do Município de Mirangaba, terão a preferência de até 10% (dez por cento) da melhor proposta válida para a contratação.

A margem de preferência não autoriza a contratação por preço acima da média de mercado, apurada para fins de abertura da licitação.

XX – DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

20.1. Classificadas as propostas, de acordo com o Edital, o Pregoeiro dará início à etapa de apresentação de lances verbais pelos licitantes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

20.1.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor **POR LOTE**.

20.2. O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

20.2.1. Somente serão admitidos lances verbais em valores inferiores aos anteriormente propostos e que não poderá ser igual a outro lance já ofertado;

20.2.2. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço escrita e o valor estimado pelo setor competente;

20.3. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances e a manutenção do último preço por ele apresentado, para efeito de ordenação das propostas.

20.4. Encerrada a etapa de lances, na hipótese de participação de licitante microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (COOP) ou Microempreendedor Individual (MEI), será observado o disposto nos artigos 44 e 45, da Lei Complementar nº 123, de 2006:

20.4.1. O Pregoeiro identificará os preços ofertados pelas ME/EPP e COOP participantes que sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço, desde que a primeira colocada não seja uma ME/EPP/COOP.

20.4.2. As propostas ou lances que se enquadrarem nessa condição serão consideradas empatadas com a primeira colocada e o licitante ME/EPP/COOP melhor classificado terá o direito de apresentar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos.



Prefeitura Municipal de Mirangaba

CNPJ: 13.913.371/0001-06, Avenida Jonas Carvalho, 125, Centro, Mirangaba-Bahia, CEP:44.745-000.

20.4.3. Caso a ME/EPP/COOP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes ME/EPP/COOP participantes que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, segundo o estabelecido no subitem anterior.

20.5. Encerrada a etapa de lances, será observado o disposto nos artigos 48, § 3º, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

20.5.1. No caso dos itens EXCLUSIVOS para participação MEI/ME/EPP o Pregoeiro identificará os preços ofertados das participantes locais, regionais e nacionais, e estabelecerá a prioridade de contratação para os microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no local, ou seja, na sede e zona rural deste Município, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido.

20.6. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, da Lei nº 14.133 de 2021, nesta ordem:

20.6.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

20.6.2. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

20.6.3. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

20.6.4. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

20.6.5. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

20.6.6. Empresas brasileiras;

20.6.7. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

20.6.8. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009

20.6.9. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio, registrado em ata.

20.7. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

20.8. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

XXI – DA ACEITAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

21.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:



Prefeitura Municipal de Mirangaba

CNPJ: 13.913.371/0001-06, Avenida Jonas Carvalho, 125, Centro, Mirangaba-Bahia, CEP:44.745-000.

21.2.A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

a)Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

b)Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

21.3.A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

21.4.Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

21.4.1.A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

21.4.2.O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

21.4.3.Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

21.5.Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

21.6.Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

21.7.Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

21.8.Será desclassificada a proposta vencedora que:

21.8.1.contiver vícios insanáveis;

21.8.2.não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

21.8.3.apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

21.8.4.não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

21.8.5.apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

21.9.No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

21.9.1.A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

21.9.1.1.que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

21.9.1.2.inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

21.10.Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

21.11.Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.



Prefeitura Municipal de Mirangaba

CNPJ: 13.913.371/0001-06, Avenida Jonas Carvalho, 125, Centro, Mirangaba-Bahia, CEP:44.745-000.

21.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

21.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

21.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

21.13. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste Edital.

21.14. A inexecuibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

21.15. Serão desclassificadas as propostas mais bem classificadas, nos termos do art. 59, da Lei nº 14.133/2021, que:

21.17. contiverem vícios insanáveis;

21.17.1.2 não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

21.17.3 Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

21.17.4 apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

21.17.5 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

21.17.6 A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, nos termos do §2º, do artigo 59, da Lei nº 14.133/2021.

21.18. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando a nova data e horário para a continuidade da mesma, e a ocorrência será registrada em ata

21.19. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio do e-mail já indicado neste edital, no prazo estipulado em sessão, sob pena de não aceitação da proposta.

21.20. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita pelo licitante, antes de findo o prazo dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.

21.21. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

21.22. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.

21.23. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

21.24. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

21.25. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.



Prefeitura Municipal de Mirangaba

CNPJ: 13.913.371/0001-06, Avenida Jonas Carvalho, 125, Centro, Mirangaba-Bahia, CEP:44.745-000.

21.26.Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando em sessão a nova data e horário para a continuidade da mesma.

21.27.Nos itens para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

21.28.Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

XXII – DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

22.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021

22.1.2. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

22.1.3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

22.1.3 As licitantes deverão incluir no Envelope B – **HABILITAÇÃO** a documentação, em envelope lacrado, no qual possam ser identificados o nome ou razão social, modalidade, número e data da licitação, além da expressão Habilitação.

Modelo:

**RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
PREFEITURA DE MUNICIPAL DE MIRANGABA
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO - B
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2024**

22.2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

22.2.2.No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

22.2.3.Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

22.2.4.No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores

22.2.5.Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

22.2.6.No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

22.2.7.decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

22.2.8.No caso de exercício de atividade não listadas nos itens acima: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos da legislação pertinente.



Prefeitura Municipal de Mirangaba

CNPJ: 13.913.371/0001-06, Avenida Jonas Carvalho, 125, Centro, Mirangaba-Bahia, CEP:44.745-000.

22.2.9.No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971

22.2.10.No caso de exercício de atividade não listadas nos itens acima: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos do artigo nos termos da legislação correspondente;

22.2.11.Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

22.3. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

22.3.1. Cópia autenticada do **RG e CPF** do Responsável Legal da empresa;

22.3.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**).

22.3.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **municipal ou estadual**, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

22.3.4. Prova de regularidade para com a Fazenda **Federal**, através de Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União;

22.3.5. Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante, através de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa, (em plena validade);

22.3.6. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, através de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa, (em plena validade);

22.3.7. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**);

22.3.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

22.3.9. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

22.3.10. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

22.4./ QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

22.4.1. Certidão negativa de **Falência ou Concordata**, expedida pelo distribuidor da sede da licitante ou através da internet, com data de emissão não superior a 30 (trinta) dias anteriores à data de abertura da Licitação;

22.4.2. Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

22.4.3. Os documentos referidos no item 22.4.2, limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

22.4.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação, ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, conforme artigo 65, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

22.4.4.1.É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.



Prefeitura Municipal de Mirangaba

CNPJ: 13.913.371/0001-06, Avenida Jonas Carvalho, 125, Centro, Mirangaba-Bahia, CEP:44.745-000.

22.4.4.2. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

22.4.5. Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

22.4.6. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

22.5. Os índices estabelecidos atendem ao disposto no art. 69, caput e §5º, da Lei 14.133/21, pois permitem a comprovação de uma avaliação mais precisa da situação financeira da empresa de forma objetiva, os mesmos foram estabelecidos observando percentuais usualmente adotados no mercado para a avaliação da situação financeira das empresas e não frustram ou restringem o caráter competitivo do certame, pois foram estabelecidos em patamares mínimos aceitáveis, com intuito de garantir a continuidade da execução dos serviços, objeto desta licitação.

22.6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

22.6.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

22.6.2. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

22.6.3. Alvará de Localização da sede do licitante dentro da validade.

22.6.4. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

22.6.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

22.6.6. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.



22.7. DOCUMENTAÇÕES COMPLEMENTARES

22.7.1. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme art. 68, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021.

22.7.2. Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021.

22.7.3. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei 14.133/2021.

22.7.4. Declaração de microempresa e empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

22.7.5. Em relação às licitantes cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar:

22.7.5.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971;

22.7.5.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

22.7.5.3. O registro previsto na Lei n. 5.764/71, art. 107;

22.7.5.4. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

22.7.5.5. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

22.7.5.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

22.7.6. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

22.7.7. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

22.7.8. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

22.7.9. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por



Prefeitura Municipal de Mirangaba

CNPJ: 13.913.371/0001-06, Avenida Jonas Carvalho, 125, Centro, Mirangaba-Bahia, CEP:44.745-000.

igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

22.7.10. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

22.7.11. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, registrando em ata a nova data e horário para a continuidade da mesma.

22.7.12. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

22.7.13. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

22.7.14. O licitante provisoriamente vencedor em um lote, que estiver concorrendo em outro lote, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do lote em que venceu às do lote em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

22.7.15. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es), cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

22.7.16. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64).

22.7.17. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

XXIII - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

23.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro e deverá seguir o determinado no item **XVIII** do presente edital.

23.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

23.3. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

23.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

23.5. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 12, inciso II da Lei nº 14.133/21).

23.6. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

23.7. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.



Prefeitura Municipal de Mirangaba

CNPJ: 13.913.371/0001-06, Avenida Jonas Carvalho, 125, Centro, Mirangaba-Bahia, CEP:44.745-000.

23.8. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

23.9. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

XXIV – RECURSOS, IMPUGNAÇÕES E REABERTURA DA SESSÃO.

24.1.A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

24.2.O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, solicitará em sessão que os licitantes se manifestem quanto a intensão de interpor recurso, registrando em ata a síntese de suas razões.

24.3.Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

24.4.recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

24.5.Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

24.6.Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

24.7.Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo endereço eletrônico pmmlicitacao2021@gmail.com. Após o recebimento das razões de recurso, o pregoeiro através dos e-mails informados pelos licitantes, processará a intimação para, querendo, apresentarem contrarrazões em outros 03 (três) dias úteis, que começarão a contar da data de intimação, sendo-lhes assegurada vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

24.8. acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

24.9.Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

24.10.A sessão pública poderá ser reaberta:

24.10.1.Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

24.10.2.Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

24.11.Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

24.12.A convocação se dará por meio de publicação em diário oficial ou e-mail de acordo com a fase do procedimento licitatório. Até 24 (vinte e quatro) horas antes da data de abertura do certame, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital, por irregularidade na aplicação na Lei 14.133 de 2021.



Prefeitura Municipal de Mirangaba

CNPJ: 13.913.371/0001-06, Avenida Jonas Carvalho, 125, Centro, Mirangaba-Bahia, CEP:44.745-000.

24.13. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail pmmlicitacao2021@gmail.com, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Avenida Jonas Carvalho, 125, Centro, Mirangaba-Bahia.

24.14. A resposta à impugnação será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

24.15. Acolhida a impugnação, e esta impactar na reformulação da proposta, será definida e publicada nova data para a realização do certame, conforme art. 55, §1º, da Lei nº 14.133/21.

24.16. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, exclusivamente pelo endereço eletrônico pmmlicitacao2021@gmail.com.

24.17. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por endereço eletrônico pmmlicitacao2021@gmail.com.

24.18. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

24.19. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

24.20. A resposta ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, podendo o Pregoeiro requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

24.21. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

24.22. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

XXV – ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

25.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

25.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

XXVI – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

26.1 Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

26.2 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada.

26.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(es), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

26.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.



Prefeitura Municipal de Mirangaba

CNPJ: 13.913.371/0001-06, Avenida Jonas Carvalho, 125, Centro, Mirangaba-Bahia, CEP:44.745-000.

26.5. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.

26.6. É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.

26.7. O licitante deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

26.8. Durante a vigência da Ata ou da Contratação, a fiscalização será exercida por um representante da Contratante, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução contratual, de tudo dando ciência à Administração.

26.9. Dentro da validade da Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado para assinar o Termo de Contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização).

XXVII – DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

27.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

27.2. Adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

27.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

27.4. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

27.5. Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

27.6. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021

27.7. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

27.8. contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos no artigo 139 da mesma Lei.

27.9. prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, prorrogável conforme previsão no instrumento contratual e no termo de referência.

27.10. A vigência dos contratos regidos pelo art. 105, caput, da Lei 14.133, de 2021, pode ultrapassar o exercício financeiro em que celebrados, desde que as despesas a eles referentes sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, permitindo-se, assim, sua inscrição em restos a pagar”

27.11. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços, bem como o disposto no art. 91 § 4º Lei n. 14.133/21. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a



Prefeitura Municipal de Mirangaba

CNPJ: 13.913.371/0001-06, Avenida Jonas Carvalho, 125, Centro, Mirangaba-Bahia, CEP:44.745-000.

comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

XXVIII – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

28.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de até 12 (doze) meses da data de sua assinatura, vedada a sua prorrogação.

XXIX – DO PREÇO

29.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência e no Termo de Contrato, anexos deste edital.

XXX – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

30.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência e na minuta do instrumento de Contrato, quando for o caso.

XXXI – DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

31.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto estão previstos no Termo de Referência ou na minuta do instrumento de Contrato, quando for o caso.

XXXII – DO PAGAMENTO

32.1 As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência e no Termo de Contrato, anexos deste edital.

XXXIII – DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

33.1 Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

33.2A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

33.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

33.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado.

XXXIV – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

34.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante/adjudicatário, com dolo ou culpa, que:

34.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

34.1.2. dar causa à inexecução total do contrato;

34.1.3. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

34.1.4. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

34.1.4.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

34.1.4.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

34.1.4.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

34.1.4.4. deixar de apresentar amostra;

34.1.4.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

34.1.5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



Prefeitura Municipal de Mirangaba

CNPJ: 13.913.371/0001-06, Avenida Jonas Carvalho, 125, Centro, Mirangaba-Bahia, CEP:44.745-000.

34.1.6.recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

34.1.7.ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

34.1.8.apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

34.1.9.fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

34.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

34.1.10.1.agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

34.1.10.2.induzir deliberadamente a erro no julgamento;

34.1.10.3.apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

34.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

34.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

34.2.Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

34.3.Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na cláusula 21 supramencionada, garantindo a prévia defesa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, com fulcro na lei nº 14.133 de 2021, as seguintes sanções:

34.3.1.advertência;

34.3.2.multa;

34.3.3.impedimento de licitar e contratar;

34.3.4.declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

34.4.Na aplicação das sanções serão considerados:

34.4.1.a natureza e a gravidade da infração cometida;

34.4.2.as peculiaridades do caso concreto;

34.4.3.as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

34.4.4.os danos que dela provierem para a Administração Pública;

34.4.5.a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

34.5.A sanção prevista na cláusula 34.3.1 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na cláusula 34.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

34.6.A sanção prevista na cláusula 34.3.2, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas na cláusula 22, deste edital.

34.7.A sanção prevista na cláusula 34.3.3 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas cláusulas 34.1.2, 34.1.3, 34.1.4, 34.1.5, 34.1.6 e 34.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública do ente Municipal que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

34.8.A sanção prevista na cláusula 34.3.4 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas cláusulas 34.1.8, 34.1.9, 34.1.10, 34.1.11 e 34.1.12, bem como pelas infrações administrativas previstas nas cláusulas 34.1.2, 34.1.3, 34.1.4, 34.1.5, 34.1.6 e 34.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida na cláusula 34.7 deste edital, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

34.9.As sanções previstas nas cláusulas 34.3.1, 34.3.3 e 34.3.4, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na cláusula 34.3.2.

34.10.A aplicação da sanção prevista na cláusula 34.3.1 será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação.



Prefeitura Municipal de Mirangaba

CNPJ: 13.913.371/0001-06, Avenida Jonas Carvalho, 125, Centro, Mirangaba-Bahia, CEP:44.745-000.

34.11.Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

34.12.Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

34.13.A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 34.1.4, 34.1.4 e 34.1.6, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

34.14.A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente as legislações pertinentes.

34.15.A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

34.16.A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

34.17.Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

34.18.Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

34.19.O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

34.20.A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

34.21.A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública municipal.

XXXVI - DISPOSIÇÕES GERAIS

35.1.1.Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

35.2.Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

35.3.Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

35.4.No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

35.5.A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.



Prefeitura Municipal de Mirangaba

CNPJ: 13.913.371/0001-06, Avenida Jonas Carvalho, 125, Centro, Mirangaba-Bahia, CEP:44.745-000.

35.6.As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

35.7.Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

35.8.Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

35.9.O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observado os princípios da isonomia e do interesse público.

35.10.Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

35.11.O Edital está disponibilizado, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico <https://www.mirangaba.ba.gov.br/site/editais> e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Avenida Jonas Carvalho, 125, Centro, Mirangaba-Bahia, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 12:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

35.12.Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

35.12.1. A ANEXO I - Termo de Referência.

35.12.2. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar, se for o caso.

35.12.3. ANEXO II – Modelo de Proposta de Preço.

35.12.4. ANEXO III- Minuta de Ata de Registro de Preços.

35.12.5. ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato.

35.12.6. ANEXO V- Modelo de declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação (art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021).

35.12.7. ANEXO VI- Modelo de declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, inciso IV, da Lei 14.133/2021).

35.12.8. ANEXO VII- Modelo de declaração de microempresa e empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

35.12.9. ANEXO VIII- Modelo Declaração da licitante de cumprimento ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (art. 68, inciso VI, da Lei 14.133/2021).

35.12.10.ANEXO IX - Modelo de declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

35.12.11.ANEXO X DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE SERVIDOR PÚBLICO

Mirangaba/BA, 26 de setembro de 2024

CLÓVIS FERREIRA DE ALMEIDA

Secretário Municipal de Agricultura, Abastecimento.

Decreto nº. 013, de 02 de janeiro de 2023.



Prefeitura Municipal de Mirangaba

CNPJ: 13.913.371/0001-06, Avenida Jonas Carvalho, 125, Centro, Mirangaba-Bahia, CEP:44.745-000.

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 O objeto da competição é a escolha de proposta mais vantajosa para registro de preços para eventual fornecimento de forma parcelada de materiais hidráulico em geral, para atender as necessidades da prefeitura municipal de Mirangaba, Bahia, conforme detalhamento na tabela abaixo:

LOTE 01:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE	REQUISITO MÍNIMO	REQUISITO MÁXIMO
1	ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO, É UTILIZADO NA TRANSIÇÃO DO PVC PARA REGISTROS E VÁLVULAS DE DESCARGA. POSSUI BOLSA SOLDÁVEL E PONTA ROSCÁVEL PADRÃO BSP. 25MM	100	UND	01	100
2	ADAPTADORES CURTO DE 50 P/ 1 ½".	10	UND	01	10
3	ADAPTADOR CURTO SOLDÁVEL COM ROSCA PVC 20MM MARROM	260	UND	01	260
4	ANEL AFA DN75/DI75,5	500	UND	01	500
5	ANEL DE VEDAÇÃO P/VASO SANIT. C/GUIA	80	UND	01	80
6	ASSENTO SANITÁRIO UNIVERSAL; OVAL COM SISTEMA DE FECHAMENTO CONVENCIONAL; COMPATÍVEL COM TODAS AS LOUÇAS SANITÁRIAS UNIVERSAIS OVAIS; CONFECCIONADO EM POLIPROPILENO; INJETADO; TAMPA SANITÁRIA HIGIÊNICA E DE FÁCIL LIMPEZA; MODELO CONFORTÁVEL; RESISTENTE; POSSUI TAMPA ENVOLVENTE E SUPERFÍCIE BRILHANTE; ESTRUTURA SÓLIDA E MUITO RESISTENTE; POSSUI FIXADORES AJUSTÁVEIS E ANTI DESLIZANTES;	100	UNI	01	100
VALOR GLOBAL:					

LOTE 02:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE	REQUISITO MÍNIMO	REQUISITO MÁXIMO
1	BACIA SANITÁRIA PARA CAIXA ACOPLADA CERÂMICA; CAPACIDADE DO ACIONAMENTO DA BACIA SANITÁRIA 3/6 L DIMENSÃO 74X37X62 CM	30	UND	01	30
2	BACIA SANITARIO INFANTIL PARA CAIXA ACOPLADA CAPACIDADE DO ACIONAMENTO DA BACIA SANITÁRIA 3/6 L DIMENSÃO ASSENTO SANITÁRIO 32X41,9X15	10	UND	01	10
3	CAIXA DE DESCARGA ACOPLADA COMPLETA LOUÇA SANITÁRIA ACABAMENTO: BRILHANTE ARMAZENAMENTO EM LITROS: 3/6 LITROS TIPO DE ACIONAMENTO: ECONÔMICO SISTEMA DE SAÍDA: VERTICAL ANEL: ANEL ABERTO SIFÃO- DIÂMETRO DE SAÍDA: 42 MM FURO DE JATO: NÃO	20	UND	01	20
4	CAIXA DE DESCARGA BRANCA 9L EM	100	UND	01	100



Prefeitura Municipal de Mirangaba

CNPJ: 13.913.371/0001-06, Avenida Jonas Carvalho, 125, Centro, Mirangaba-Bahia, CEP:44.745-000.

	POLIETILENO E ENGATE FLEXÍVEL EM PVC				
5	KIT REPARO PARA VASO SANITARIO ACOPLADO UNIVERSAL	50	UND	01	50
6	MICTÓRIO INDIVIDUAL 50X32X27CM LOUÇA BRANCO; ACESSÓRIOS QUE ACOMPANHAM: SIFÃO INTEGRADO E KIT DE FIXAÇÃO.	50	UND	01	50
7	TUBO PARA CAIXA DE DESCARGA PVC 120 A 160 CM	30	UND	01	30
8	LAVATORIO COM /COLUNA BRANCO C/ACESSÓRIOS COMPLETO MATERIAL LOUÇA DIMENÇÕES APROXIMADAS: 80X46X35CM	50	UND	01	50
9	ESPUDE P/ LIGAÇÃO DE VASO SANITÁRIO UNIVERSAL	30	UND	01	30

VALOR GLOBAL:

LOTE 03:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE	REQUISITO MÍNIMO	REQUISITO MÁXIMO
1	CAIXA DE PROTEÇÃO PARA HIDROMETRO STANDER. CAIXA PLÁSTICA COM TAMPA ACRÍLICA INCOLOR	100	UNI	01	100
2	CAIXA D'ÁGUA, CAPACIDADE: 1.000 LITROS, FORMATO: REDONDA, MATERIAL: POLIETILENO, ALTURA COM TAMPA (CM): 97, DIÂMETRO: 151, DIÂMETRO DA TAMPA:152, COR: AZUL.	20	UNI	01	20
3	CAIXA D'ÁGUA, CAPACIDADE: 10.000 LITROS, FORMATO: REDONDA, MATERIAL: POLIETILENO, ALTURA COM TAMPA (CM): 2,57, DIÂMETRO DA TAMPA: 2,03, COR: AZUL.	4	UNI	01	4
4	CAIXA D'ÁGUA, CAPACIDADE: 2.000 LITROS, FORMATO: REDONDA, MATERIAL: POLIETILENO, ALTURA COM TAMPA 1,10, DIÂMETRO COM TAMPA: 2,00, COR: AZUL.	10	UNI	01	10
5	FLANGE DE PVC 60x2"	10	UND	01	10
6	FLANGE DE PVC DE 20 MM ADAPTADOR SOLDÁVEL FLANGE P/CAIXA D'AGUA 20MM	30	UND	01	30
7	FLANGE DE PVC DE 25 MM ADAPTADOR SOLDÁVEL FLANGE P/CAIXA D'AGUA 25MM	30	UND	01	30
8	FLANGE DE PVC DE 32 MM ADAPTADOR SOLDÁVEL FLANGE P/CAIXA D'AGUA 32MM	30	UND	01	30
9	FLANGE DE PVC DE 40 MM ADAPTADOR SOLDÁVEL FLANGE P/CAIXA D'AGUA 40MM	50	UND	01	50
10	FLANGE DE PVC DE 50 MM ADAPTADOR SOLDÁVEL FLANGE P/CAIXA D'AGUA 50MM	50	UND	01	50
11	TANQUE DE POLIETILENO, CAPACIDADE: 20.000 LITROS, FORMATO: REDONDA, MATERIAL: POLIETILENO, ALTURA 2,83M, DIÂMETRO DE 3.17 M, COR: AZUL.	5	UNI	01	5
12	TANQUE MÁRMORE SINTÉTICO DUPLO 110X60CM VERDE ROMANO	30	UND	01	30

VALOR GLOBAL:



Prefeitura Municipal de Mirangaba

CNPJ: 13.913.371/0001-06, Avenida Jonas Carvalho, 125, Centro, Mirangaba-Bahia, CEP:44.745-000.

LOTE 04:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE	REQUISITO MÍNIMO	REQUISITO MÁXIMO
1	ADESIVO PVC 850G	300	UND	01	300
2	BOIA P/ CAIXA D'AGUA 1/2	30	UND	01	30
3	CAIXA SIFONADA 100 X 40 CAIXA SIFONADA BRANCA COM GRELHA QUADRADA 100 MM X 100 MM X 40 MM HERC - UTILIZADA PARA COLETAR ÁGUAS PROVENIENTES DOS APARELHOS SANITÁRIOS E PIAS.	100	UNI	01	100
4	CAIXA SIFONADA 100 X 50 CAIXA SIFONADA BRANCA COM GRELHA REDONDA 100 MM X 100 MM X 50 MM HERC - UTILIZADA PARA COLETAR ÁGUAS PROVENIENTES DOS APARELHOS SANITÁRIOS E PIAS	100	UNI	01	100
5	CAIXA SIFONADA 100 X 75 CAIXA DE GORDURA SIFONADA BRANCA QUADRADA COM TAMPA E CESTO, 250 X 250 X 75/100 MM HERC - UTILIZADA PARA COLETAR ÁGUAS PROVENIENTES DOS APARELHOS SANITÁRIOS E PIAS	50	UNI	01	50
6	CANO BRAÇO EM ALUMÍNIO POLIDO 1/2 X 40CM P/ CHUVEIROS	20	UND	01	20
7	CHUVEIRO DE PLASTICO FRIO 4" BR C/ BRACO 1/2 X 30CM	50	UNI	01	50
8	CHUVEIRO ELETRICO DUCHA / CHUVEIRO 5500W 220V; 3 TEMPERATURAS; MATERIAL: TERMOPLÁSTICOS, ELASTÔMEROS E LIGAS METÁLICAS; ACOMPANHA MANGUEIRA.	50	UNI	01	50
9	ENGATE FLEXÍVEL 1/2 X 50CM ÁGUA FRIA PVC PLENA	200	UND	01	200
10	ENGATE FLEXÍVEL DE 40CM BRANCO É RECOMENDADO PARA APLICAÇÃO EM CAIXAS ACOPLADAS, PIAS E ATÉ BIDÊS. SEU DESIGN FLEXÍVEL CONTA COM TERMINAIS QUE EVITAM A TORÇÃO DA MANGUEIRA. RODUZIDO EM PVC, É RESISTENTE E DURÁVEL E SUPORTA PRESSÃO DE ATÉ 40MCA.	50	UND	01	50
11	LIXA D'AGUA 320 LIXA EM ÓXIDO DE ALUMÍNIO SOBRE PAPEL IMPERMEÁVEL, EXCELENTE FLEXIBILIDADE.	500	UND	01	500
12	SIFÃO DUPLO AJUSTÁVEL SANFONADO PARA CUBAS DUPLAS. FICHA TÉCNICA: MODELO - SANFONADO DUPLO; TAMANHO MÁX. 75CM MATERIAL - PVC RESISTENTE; IDEAL PARA ÁGUA QUENTE OU FRIA UNIVERSAL	50	UND	01	50
13	SIFÃO SANFONADO UNIVERSAL AJUSTÁVEL MULTIUSO 50MM	100	UND	01	100
14	TAMPÃO COM ROSCA 20MM	50	UND	01	50
15	FITA VEDA ROSCA 18MMX10M	300	UND	01	300
16	COLA ADESIVA EPÓXI MASSA 100G; ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: - TEMPERATURA DE TRABALHO: -50°C A 150°C; - ESTADO FÍSICO: MASSA; - CONTEÚDO: 100 G	50	UND	01	50
17	COLA PROFISSIONAL TIPO: ADESIVO EPOXI - COMPOSTA POR DOIS REAGENTES;	10	UND	01	10



Prefeitura Municipal de Mirangaba

CNPJ: 13.913.371/0001-06, Avenida Jonas Carvalho, 125, Centro, Mirangaba-Bahia, CEP:44.745-000.

	FINALIDADE: COLAGENS COM ALTA RESISTENCIA – MULTIUSO RESISTE A TEMPERATURAS DE ATÉ 80°C, 100G				
18	COLA SUPER ESPECIFICAÇÕES TIPO: ADESIVO INSTANTÂNEO; QUANTIDADE DE COMPONENTES: MONOCOMPONENTE; APLICAÇÃO: PORCELANA, MADEIRA, PAPEL, COURO METAL, PLÁSTICO*, CERÂMICA E OUTROS; BENEFÍCIOS: FORÇA INSTANTÂNEA; ALTA PERFORMANCE; MAIS RESISTÊNCIA À UMIDADE; BICO ANTI ENTUPIMENTO; FÓRMULA SEM SOLVENTES; ITENS INCLUSOS; 01 BISNAGA DE 1,5 GRAMAS; DIMENSÕES; TAMANHO DA EMBALAGEM (AXLXP): 16,5 X 7 X 1 CM; BISNAGA: 1,5 GRAMAS.	30	UNI	01	30
19	VALVULA / RALO LAVATORIO CROMADO 7/8 CUBA PIA	30	UND	01	30
20	VALVULA PARA LAVATORIO EM PVC, COM TAMPA, ROSCAVEL BITOLA 40MM	100	UND	01	100
21	VALVULA PARA LAVOTORIO INOX VÁLVULA EM INOX PARA PIA STANDARD 4,5" ALTO BRILHO"	30	UNI	01	30
VALOR GLOBAL:					

LOTE 05:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE	REQUISITO MÍNIMO	REQUISITO MÁXIMO
1	CAP DE 32 MM CAP PARA ÁGUA COR: MARROM ESPECIALMENTE CRIADA PARA PROJETOS COM INSTALAÇÕES PERMANENTES E EMBUTIDAS, A LINHA SOLDÁVEL É PERFEITA PARA CONDUZIR ÁGUA FRIA, EM OBRAS RESIDENCIAIS, INDUSTRIAIS OU COMERCIAIS DE 32 MM	50	UNI	01	50
2	CAP DE 20 MM CAP PARA ÁGUA COR: MARROM ESPECIALMENTE CRIADA PARA PROJETOS COM INSTALAÇÕES PERMANENTES E EMBUTIDAS, A LINHA SOLDÁVEL É PERFEITA PARA CONDUZIR ÁGUA FRIA, EM OBRAS RESIDENCIAIS, INDUSTRIAIS OU COMERCIAIS	150	UND	01	150
3	CAP DE 25 MM CAP PARA ÁGUA COR: MARROM ESPECIALMENTE CRIADA PARA PROJETOS COM INSTALAÇÕES PERMANENTES E EMBUTIDAS, A LINHA SOLDÁVEL É PERFEITA PARA CONDUZIR ÁGUA FRIA, EM OBRAS RESIDENCIAIS, INDUSTRIAIS OU COMERCIAIS DE 25 MM	150	UND	01	150
4	CONEXÃO SOLDÁVEL JOELHO 90° 20MM	200	UNI	01	200
5	CONEXÃO SOLDÁVEL JOELHO 90° 25MM	200	UNI	01	200
6	CONEXÃO SOLDÁVEL JOELHO 90° 32MM	100	UNI	01	100
7	CONEXÃO SOLDÁVEL JOELHO 90° 40MM	100	UNI	01	100
8	CURVA 20MM SOLDÁVEL	100	UND	01	100
9	CURVA 45° SOLDÁVEL MARROM 25MM 1/2	100	UND	01	100
10	CURVA 90° LONGA CURVA SOLDÁVEL 32MM MARROM	50	UNI	01	50
11	CURVA 90° SOLD 20 MM	50	UND	01	50
12	CURVA 90° SOLDÁVEL MARROM 25MM 3/4"	200	UND	01	200
13	JOELHO 90° 1.1/2"	50	UNI	01	50



Prefeitura Municipal de Mirangaba

CNPJ: 13.913.371/0001-06, Avenida Jonas Carvalho, 125, Centro, Mirangaba-Bahia, CEP:44.745-000.

14	JOELHO 90° ROSCÁVEL 1.1/4"	50	UNI	01	50
15	JOELHO SOLD 20MM	100	UND	01	100
16	LUVA 20MM SOLDÁVEL	50	UND	01	50
17	LUVA DE CORRER PVC MARROM 40 MM	20	UNI	01	20
18	LUVA DE CORRER PVC MARROM 60 MM	50	UNI	01	50
19	LUVA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL - 25 X 20 MM	100	UNI	01	100
20	LUVA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL - 32 X 20 MM	20	UNI	01	20
21	LUVA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL - 32 X 25 MM	50	UNI	01	50
22	LUVA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL - 40 X 25 MM	100	UNI	01	100
23	LUVA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL - 40 X 32 MM	10	UNI	01	10
24	LUVA SOLD 40MM	100	UND	01	100
25	LUVA SOLD 25MM	100	UND	01	100
26	LUVA SOLD ROSCA 20MM	50	UND	01	50
27	REDUÇÃO SOLD. CURTA 25X20	100	UND	01	100
28	REDUÇÃO SOLD. LONGA 32X20	10	UND	01	10
29	TÊ L/R 20X20X1/2	50	UND	01	50
30	TE SOLD 20MM	100	UND	01	100
31	TE SOLD 25MM	100	UND	01	100
32	TE SOLD 25MM COM ROSCA	100	UND	01	100
33	TUBO PVC SOLD. 32MM - BARRA COM 6 METROS	110	BAR	01	110
34	TUBO PVC SOLD. 40MM - BARRA COM 6 METROS	100	BAR	01	100
35	TUBO PVC SOLD. DE 20MM - BARRA COM 6 METROS	1260	BAR	01	1260
36	TUBO PVC SOLD. DE 25MM - BARRA COM 6 METROS	250	BAR	01	250
37	TUBO PVC SOLD. DE 60MM - BARRA COM 6 METROS	100	BAR	01	100
VALOR GLOBAL:					

LOTE 06:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE	REQUISITO MÍNIMO	REQUISITO MÁXIMO
1	MANGUEIRA 3/4 PRETA	500	MT	01	500
2	MANGUEIRA SUÇÃO MANGOTE AZUL 2.1/2. 75MM	200	MT	01	200
VALOR GLOBAL:					

LOTE 07:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE	REQUISITO MÍNIMO	REQUISITO MÁXIMO
1	CAP DE 100 MM CAP PARA ESGOTO COR: BRANCO PARA SISTEMAS DE ESGOTO RESISTENTES, COM ALTA DURABILIDADE E PRECISÃO.	20	UND	01	20
2	CAP DE 40 MM CAP PARA ESGOTO COR: BRANCO PARA SISTEMAS DE ESGOTO RESISTENTES, COM ALTA DURABILIDADE E PRECISÃO.	100	UND	01	100
3	CAP DE 50 MM CAP PARA ESGOTO COR: BRANCO PARA SISTEMAS DE ESGOTO RESISTENTES, COM ALTA DURABILIDADE E PRECISÃO.	50	UND	01	50



Prefeitura Municipal de Mirangaba

CNPJ: 13.913.371/0001-06, Avenida Jonas Carvalho, 125, Centro, Mirangaba-Bahia, CEP:44.745-000.

4	CAP DE 75 MM CAP PARA ESGOTO COR: BRANCO PARA SISTEMAS DE ESGOTO RESISTENTES, COM ALTA DURABILIDADE E PRECISÃO.	50	UND	01	50
5	CAP ESGOTO DE 150 MM CAP PARA ESGOTO COR: BRANCO PARA SISTEMAS DE ESGOTO RESISTENTES, COM ALTA DURABILIDADE E PRECISÃO.	20	UND	01	20
6	CAP ESGOTO DE 200 MM CAP PARA ESGOTO COR: BRANCO PARA SISTEMAS DE ESGOTO RESISTENTES, COM ALTA DURABILIDADE E PRECISÃO.	20	UND	01	20
7	CURVA 90° LONGA PARA ESGOTO SÉRIE NORMAL DN 100MM	100	UND	01	100
8	CURVA 90° LONGA PARA ESGOTO SÉRIE NORMAL DN 50MM	200	UND	01	200
9	CURVA 90° LONGA PARA ESGOTO SÉRIE NORMAL DN 75MM	50	UND	01	50
10	CURVA DE PVC PARA ESGOTO 45° DE 100 MM	100	UND	01	100
11	CURVA DE PVC PARA ESGOTO 45° DE 50 MM	200	UND	01	200
12	CURVA DE PVC PARA ESGOTO 45° DE 75 MM	50	UND	01	50
13	JOELHO 100MM ESGOTO 90°	70	UND	01	70
14	JOELHO ESGOTO 40MM 90°	100	UND	01	100
15	LUVA CORRER 100MM	50	UND	01	50
16	LUVA 100MM ESGOTO	70	UND	01	70
17	REDUÇÃO PVC ESGOTO 100 X 75	30	UNI	01	30
18	REDUÇÃO PVC PARA ESGOTO 100 X 50	50	UNI	01	50
19	TE ESGOTO 40MM	50	UND	01	50
20	TUBO PVC ESG. 100MM - BARRA COM 6 METROS	200	BAR	01	200
21	TUBO PVC ESG. 40MM - BARRA COM 6 METROS	250	BAR	01	250
22	TUBO PVC ESG. 50MM - BARRA COM 6 METROS	200	BAR	01	200
23	TUBO PVC ESG. 75MM - BARRA COM 6 METROS	100	BAR	01	100
24	TUBO PVC ESGOTO 150 MM - BARRA COM 6 METROS	50	BAR	01	50
VALOR GLOBAL:					

LOTE 08:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE	REQUISITO MÍNIMO	REQUISITO MÁXIMO
1	CAP SOLDÁVEL, BITOLA 50 MM CAP COR: AZUL PARA SISTEMAS DE RESISTENTES, COM ALTA DURABILIDADE E PRECISÃO.	314	UNI	01	314
2	CAP SOLDÁVEL, BITOLA 75 MM CAP COR: AZUL PARA SISTEMAS DE RESISTENTES, COM ALTA DURABILIDADE E PRECISÃO.	50	UNI	01	50
3	COLAR TOMADA ABRAÇADEIRA C/ TRAVAS 50 X 20MM	2200	UNI	01	2200
4	CONEXÃO SOLDÁVEL JOELHO 90° 60MM	100	UNI	01	100
5	CURVA 90° AZUL; SOLDÁVEL; BITOLA - 50MM	300	UNI	01	300
6	CURVA 90° AZUL; SOLDÁVEL; BITOLA - 75MM	100	UNI	01	100
7	CURVA 90° GALVANIZADO 1,5"(POLEGADAS) MACHO/FEMEA	20	UND	01	20
8	CURVA 90° GALVANIZADO 2"(POLEGADAS)	20	UND	01	20



Prefeitura Municipal de Mirangaba

CNPJ: 13.913.371/0001-06, Avenida Jonas Carvalho, 125, Centro, Mirangaba-Bahia, CEP:44.745-000.

	MACHO/FEMEA				
9	JOELHO AZUL SOLDÁVEL BITOLA - 50MM 90°	300	UNI	01	300
10	JOELHO AZUL SOLDÁVEL BITOLA - 75MM 90°	20	UNI	01	20
11	LUVA DE CORRER PN 80 COR - AZUL BITOLA - 50MM	100	UNI	01	100
12	LUVA DE CORRER PN 80; COR - AZUL; BITOLA - 100MM	20	UNI	01	20
13	LUVA DE CORRER PN 80; COR - AZUL; BITOLA - 75 MM	50	UNI	01	50
14	LUVA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL - 50 X 25 MM	30	UNI	01	30
15	LUVA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL - 50 X 40 MM	50	UNI	01	50
16	LUVA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL - 60 X 50 MM	75	UNI	01	75
17	LUVA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL - 75 X 50 MM	10	UNI	01	10
18	LUVA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL - 75 X 60 MM	50	UNI	01	50
19	LUVA DE UNIÃO PVC 40 MM	30	UNI	01	30
20	LUVA DE UNIÃO PVC 50 MM	100	UNI	01	100
21	LUVA SOLD 50MM	100	UND	01	100
22	LUVA SOLD 60MM	100	UND	01	100
23	LUVA SOLD 75MM	100	UND	01	100
24	LUVA GALVANIZADO 1,5" (POLEGADA)	100	UND	01	100
25	NIPEL DUPLO GALVANIZADO DE 1.1/4	20	UNI	01	20
26	REDUÇÃO 50MM X 20MM	50	UND	01	50
27	REDUÇÃO SOLD. LONGA 50X25	50	UND	01	50
28	TÊ AZUL SOLDÁVEL; BITOLA - 100MM	100	UNI	01	100
29	TÊ AZUL SOLDÁVEL; BITOLA - 150MM	30	UNI	01	30
30	TÊ AZUL SOLDÁVEL; BITOLA - 32MM	50	UNI	01	50
31	TÊ AZUL SOLDÁVEL; BITOLA - 50MM	350	UNI	01	350
32	TÊ AZUL SOLDÁVEL; BITOLA - 75MM	50	UNI	01	50
33	TÊ DE REDUÇÃO SOLDÁVEL 50 MM X 20 MM	600	UNI	01	600
34	TÊ DE REDUÇÃO SOLDÁVEL 50 MM X 25 MM	400	UNI	01	400
35	TUBO PVC IRRIGA DN 50 PN80 BARRA COM 6 METROS	150	BAR	01	150
36	TUBO PVC IRRIGA DN 50 PN40 BARRA COM 6 METROS	2500	BAR	01	2500
37	TUBO PVC IRRIGA DN 75 DE 75,5 PN125 BARRA COM 6 METROS	500	BAR	01	500
38	TUBO PVC IRRIGA DN 75 DE 75,5 PN80 BARRA COM 6 METROS	500	BAR	01	500
39	TUBO PVC SOLD. DE 50MM PN40 - BARRA COM 6 METROS	1000	BAR	01	1000
40	TUBO PVC SOLDAVEL 60MM-BARRA COM 6 METROS	100	BAR	01	100
41	TUBO PVC SOLDAVEL DN 75 PN40 BARRA COM 6 METROS	250	BAR	01	250
42	TUBO EDUTOR DE 1,5" (POLEGADA) BARRA COM 4 METROS	300	BAR	01	300
43	TUBO EDUTOR DE 2" (POLEGADA) BARRA COM 4 METROS	300	BAR	01	300
44	UNIÃO GALVANIZADO 1,5 " (POLEGADAS)	10	UND	01	10
45	UNIÃO GALVANIZADO 2 " (POLEGADAS)	10	UND	01	10
46	UNIÃO SOLDAVEL PVC DE 25 MM	30	UND	01	30
47	UNIÃO SOLDAVEL PVC DE 32 MM	30	UND	01	30
48	UNIÃO SOLDAVEL PVC DE 50 MM	30	UND	01	30



Prefeitura Municipal de Mirangaba

CNPJ: 13.913.371/0001-06, Avenida Jonas Carvalho, 125, Centro, Mirangaba-Bahia, CEP:44.745-000.

LOTE 09:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE	REQUISITO MÍNIMO	REQUISITO MÁXIMO
1	REGISTRO DE ESFERA 20MM	500	UNI	01	500
2	REGISTRO DE ESFERA 25MM	300	UNI	01	300
3	REGISTRO DE ESFERA 32MM	300	UNI	01	300
4	REGISTRO DE ESFERA 40MM	100	UNI	01	100
5	REGISTRO DE ESFERA 60MM	100	UNI	01	100
6	REGISTRO DE ESFERA 85MM	30	UNI	01	30
7	REGISTRO DE PRESSÃO EM AÇO INOX 3/4	50	UND	01	50
8	REGISTRO ESFERA SOLDÁVEL AZUL 100MM	100	UNI	01	100
9	REGISTRO ESFERA SOLDÁVEL AZUL 50MM	500	UNI	01	500
10	REGISTRO ESFERA SOLDÁVEL AZUL 75MM	300	UNI	01	300
11	REGISTRO GAVETA EM AÇO INOX 1,5" (POLEGADA)	10	UND	01	10
12	REGISTRO GAVETA EM AÇO INOX 2" (POLEGADA)	10	UND	01	10
13	REGISTRO GAVETA EM AÇO INOX 3" (POLEGADA)	10	UND	01	10
14	REGISTRO GAVETA EM AÇO INOX 3/4	50	UND	01	50
VALOR GLOBAL:					

LOTE 10:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE	REQUISITO MÍNIMO	REQUISITO MÁXIMO
1	BOMBA PERIFERICA 0,5 CV 220V	10	UND	01	10
2	BOMBA PERIFERICA 1 CV 220V	10	UND	01	10
3	BOMBA SUBMERSA SAPO 2000 TURBO 220V	10	UND	01	10
4	MOTOR BOMBA 4R5/27 5CV 380W	5	UND	01	5
VALOR GLOBAL:					

LOTE 11:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE	REQUISITO MÍNIMO	REQUISITO MÁXIMO
1	TONEIRA COZINHA ALTA BICA MOVEL 1/2" EM PVC	40	UND	01	40
2	TORNEIRA INOX BICA MÓVEL BANHEIRO LAVATORIO C40	80	UND	01	80
3	TORNEIRA PARA JARDIM EM POLIPROPILENO	100	UND	01	100
4	TORNEIRA PARA LAVATORIO FIXA AÇO INOX C40 1/2"	50	UND	01	50
5	TORNEIRA PARA LAVATORIO FIXA CROMADO C40 1/2"	50	UND	01	50
6	TORNEIRA PLASTICA B/M LAVATORIO MESA BRANCO	100	UND	01	100
7	TORNEIRA PLASTICA P/ PIA 1/2X15CM	50	UND	01	50
VALOR GLOBAL:					

LOTE 12:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE	REQUISITO MÍNIMO	REQUISITO MÁXIMO
1	MASSA PLÁSTICA BRANCA 400 G COM CATALISADOR	50	UNI	01	50
VALOR GLOBAL:					



Prefeitura Municipal de Mirangaba

CNPJ: 13.913.371/0001-06, Avenida Jonas Carvalho, 125, Centro, Mirangaba-Bahia, CEP:44.745-000.

LOTE 13:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE	REQUISITO MÍNIMO	REQUISITO MÁXIMO
1	SENSOR DE NIVEL PARA POÇO ARTESIANO	50	UND	01	50
2	VALVULA DE RETENÇÃO HORIZONTAL DE BRONZE 1,5" (POLEGADAS)	5	UND	01	5
3	VALVULA DE RETENÇÃO HORIZONTAL DE BRONZE 2" (POLEGADAS)	5	UND	01	5
4	VALVULA DE RETENÇÃO HORIZONTAL DE BRONZE 3" (POLEGADAS)	5	UND	01	5
VALOR GLOBAL:					

1.2 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo.

1.4 O prazo de vigência da contratação será de 12 meses, contados da publicação nos meios de comunicação oficiais, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6 – A Prefeitura Municipal será o Órgão responsável pelo controle e administração da Ata de Registro de Preços, decorrente desta licitação.

1.7 – A emissão das Ordens de Fornecimentos será da inteira responsabilidade e iniciativa dos órgãos usuários do registro, cabendo aos mesmos todos os atos de administração junto as Fornecedoras e serão formalizados através da emissão da(s) Nota(s) de Empenho(s).

1.8 – Não poderá ser emitida qualquer Ordem de Fornecimento sem a prévia existência do respectivo crédito orçamentário.

1.9 – As entregas dos materiais acontecerão no Almoxarifado da Prefeitura Municipal de Mirangaba, Avenida Jonas Carvalho - Centro, Mirangaba/Ba,

1.10 – As entregas dos Materiais de Hidráulicos deverão acontecer dentro do prazo de 10 (dez) dias, contados dos recebimentos das Ordens de Fornecimentos, expedidas pela Autoridade Competente.

1.10.1 - O fornecimento dos produtos/materiais será de forma parcelada e as quantidades solicitadas será conforme a requisição mínima e requisição máxima do ITEM 1.1 deste termo, a recusa pela entrega dos materiais solicitados, seja parcial ou total acarretará em sanções administrativas constantes neste edital.

1.11 – Os Materiais de Hidráulicos serão recebidos e conferidos por Servidores designados pela Autoridade Competente que atestarão o recebimento através de aposição de carimbo na Nota Fiscal.

1.12 – Na hipótese de os Materiais entregues não atenderem as especificações deste Edital e seus Anexos serão devolvidos mediante Termo de Devolução de Produtos. Neste caso, a Fornecedoradora deverá providenciar a substituição dos produtos devolvidos por outro, escoimados dos defeitos apontados no Termo de Devolução, no prazo máximo de 24hs (vinte e quatro horas), contados do recebimento da comunicação expedida pela Autoridade Competente, sob pena de aplicação das penalidades estabelecidas neste Edital.

1.13 – Cumpridas as formalidades a Autoridade Competente atestará as Notas Fiscais através de aposição de carimbo com assinatura e as encaminhará a Secretaria Municipal de Finanças para pagamento.



Prefeitura Municipal de Mirangaba

CNPJ: 13.913.371/0001-06, Avenida Jonas Carvalho, 125, Centro, Mirangaba-Bahia, CEP:44.745-000.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, tendo em vista este instrumento de governança ainda não ter sido elaborado pela municipalidade.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1.1. Não se aplica ao objeto contratado

Subcontratação

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

Não haverá exigência da garantia da contratação dos *artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021*, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

O fornecimento deverá ocorrer em local designado pela administração pública.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).



Prefeitura Municipal de Mirangaba

CNPJ: 13.913.371/0001-06, Avenida Jonas Carvalho, 125, Centro, Mirangaba-Bahia, CEP:44.745-000.

Fiscalização Técnica

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.1.1.O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.1.2.Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.1.3.O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

6.1.4.No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.1.5.O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.1.6.Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

Gestor do Contrato

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente



Prefeitura Municipal de Mirangaba

CNPJ: 13.913.371/0001-06, Avenida Jonas Carvalho, 125, Centro, Mirangaba-Bahia, CEP:44.745-000.

definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º [da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).



Prefeitura Municipal de Mirangaba

CNPJ: 13.913.371/0001-06, Avenida Jonas Carvalho, 125, Centro, Mirangaba-Bahia, CEP:44.745-000.

7.1.1.O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.1.2.o prazo de validade;

7.1.3.a data da emissão;

7.1.4.os dados do contrato e do órgão contratante;

7.1.5.o período respectivo de execução do contrato;

7.1.6.o valor a pagar; e

7.1.7.eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018). Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



Prefeitura Municipal de Mirangaba

CNPJ: 13.913.371/0001-06, Avenida Jonas Carvalho, 125, Centro, Mirangaba-Bahia, CEP:44.745-000.

7.1.8. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma PRESENCIAL, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR LOTE.

Forma de fornecimento

O fornecimento do objeto será PARCIAL.

Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).



Prefeitura Municipal de Mirangaba

CNPJ: 13.913.371/0001-06, Avenida Jonas Carvalho, 125, Centro, Mirangaba-Bahia, CEP:44.745-000.

Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Municipal* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Prova de regularidade com a Fazenda *Estadual e Municipal* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Qualificação Econômico-Financeira

Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

Balanco patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.1.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.1.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.1.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.1.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.



Prefeitura Municipal de Mirangaba

CNPJ: 13.913.371/0001-06, Avenida Jonas Carvalho, 125, Centro, Mirangaba-Bahia, CEP:44.745-000.

Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de até 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Como o objeto licitado se enquadra como bem de pronta entrega, que são aqueles com prazo de entrega de até 30 dias, ficam os Microempreendedores, ME'S e EPP'S, que forem enquadradas no Simples Nacional, desobrigadas da apresentação do Balanço Patrimonial.

Qualificação Técnica

Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

Alvará de Localização da sede do licitante dentro da validade.

Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

9.1.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.1.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.1.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.



Prefeitura Municipal de Mirangaba

CNPJ: 13.913.371/0001-06, Avenida Jonas Carvalho, 125, Centro, Mirangaba-Bahia, CEP:44.745-000.

A contratação será atendida pela seguinte dotação:

11. Os recursos para pagamento do objeto de prestação de serviços são provenientes do ORÇAMENTO VIGENTE, alocado na:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:			
2.01 - Gabinete do Prefeito			
2.04 – Secretaria Municipal de Administração.			
2.06 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.			
2.07 – Secretaria Municipal de Transportes.			
2.08 – Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento.			
2.09 - Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e do Turismo - SEMARHT			
2.10 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.			
3.01 – Fundo Municipal de Saúde.			
4.01 – Secretaria Municipal de Assistência Social.			
PROJETO/ATIVIDADE:			FONTE:
2.002 - Manutenção das Ações Administrativas do Gabinete do Prefeito			1500-0000
2.003 – Manutenção das Ações Administrativas da Sec. de Administração			1500-0000
2.003 – Manutenção das Ações Administrativas da Sec. de Administração			1899-0000
2.006 – Manutenção da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte			1500-1001
2.031 - Manut. da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Desenv. Urbano e Serviços Públicos			1.500.0000
2.031 - Manut. da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Desenv. Urbano e Serviços Públicos			1.720.0000
2.076 - Manutenção do Sistema de Drenagem Urbana			1.500.0000
2.020 - Manutenção das Ações Administrativas de Assistência Social			1500-0000
2.036 – Manutenção das Ações da Secretaria de Agricultura e Abastecimento			1500-0000
2.038 – Manutenção das Ações da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.			1500-0000
2.038 – Manutenção das Ações da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.			1753-0000
2. 047 - Manutenção das Ações do Fundo Municipal de Saúde			1.500.1002
2. 047 - Manutenção das Ações do Fundo Municipal de Saúde			1.501.0000
ELEMENTO DA DESPESA:			
3.3.90.30.00 – Material de Consumo.			
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
4.122.0002.2.002	4.122.0002.2.003	12.122.0003.2.006	15.122.0010.2.031
15.451.0010.2.076	10.122.0006.2.047	8.122.0007.2.020	20.122.0009.2.036
18.122.0011.2.038			

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Mirangaba, Bahia, 26 de setembro de 2024

CLÓVIS FERREIRA DE ALMEIDA

Secretário Municipal de Agricultura, Abastecimento.

Decreto nº. 013, de 02 de janeiro de 2023.



APÊNDICE AO ANEXO –I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. Introdução

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

2. Justificativa

Ter materiais hidráulicos prontamente disponíveis é de suma importância para a administração pública por várias razões. Primeiramente, garante a eficiência e a agilidade na execução de obras e manutenções relacionadas a redes de abastecimento de água, esgoto, drenagem pluvial e outras infraestruturas essenciais. Essas estruturas são vitais para o bem-estar da comunidade, assegurando o fornecimento contínuo de serviços de saneamento básico e a prevenção de problemas como inundações e falta de água.

A disponibilidade imediata desses materiais permite que projetos de infraestrutura hidráulica sejam iniciados e concluídos dentro do prazo, evitando atrasos que poderiam gerar transtornos para a população e custos adicionais para o governo. Além disso, a manutenção adequada de sistemas hidráulicos é crucial para prevenir falhas que, se não tratadas a tempo, podem resultar em danos ambientais e de saúde pública.

Outro aspecto relevante é a capacidade de resposta rápida em situações de emergência, como vazamentos, rompimentos de tubulações ou enchentes. Com materiais hidráulicos disponíveis, a administração pública pode agir prontamente para realizar reparos e garantir a continuidade dos serviços, minimizando os impactos negativos sobre a sociedade e protegendo a segurança e o bem-estar dos cidadãos.

Ademais, a gestão eficiente dos materiais hidráulicos contribui para o desenvolvimento sustentável e o planejamento urbano. Permite que a administração pública implemente projetos de infraestrutura hídrica de forma organizada, respeitando as diretrizes dos planos diretores e as normas ambientais, promovendo o crescimento ordenado das cidades e a preservação dos recursos hídricos.

Portanto, a disponibilidade de materiais hidráulicos é fundamental para assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços públicos, a segurança da população e o desenvolvimento sustentável das comunidades, refletindo diretamente na qualidade de vida dos cidadãos e na eficiência da gestão pública.



Prefeitura Municipal de Mirangaba

CNPJ: 13.913.371/0001-06, Avenida Jonas Carvalho, 125, Centro, Mirangaba-Bahia, CEP:44.745-000.

Os quantitativos estabelecidos neste Termo foram definidos levando-se em consideração o consumo médio pelos órgãos da Administração Municipal em exercícios anteriores. Espera-se, com esse processo, conseguir uma proposta mais vantajosa para a Administração, melhor alocando os recursos públicos, fator indispensável para a boa gestão administrativa, afinal, o Município tem como imperativo constitucional a oferta de serviço público.

3. Previsão de Contratação Anual.

Não se aplica, visto que não há Plano de Contratações Anuais vigente na Prefeitura Municipal de Mirangaba.

4. Requisitos da contratação

Informamos que o item não se aplica, visto que, os presentes objetos de licitação, não necessitam de instalação e configuram-se como materiais de baixa complexidade.

Não necessita apresentação de catálogo de produtos.

5. Quantitativo e especificidade

A quantidade e a especificação dos materiais se encontram em tabela abaixo e a estimativa foi projetada de acordo com disponibilidade financeira e estimativa de uso do ano de 2022 e 2023.

LOTE 01:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE
1	ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO, É UTILIZADO NA TRANSIÇÃO DO PVC PARA REGISTROS E VÁLVULAS DE DESCARGA. POSSUI BOLSA SOLDÁVEL E PONTA ROSCÁVEL PADRÃO BSP. 25MM	100	UND
2	ADAPTADORES CURTO DE 50 P/ 1 ½".	10	UND
3	ADAPTADOR CURTO SOLDÁVEL COM ROSCA PVC 20MM MARROM	260	UND
4	ANEL AFA DN75/DI75,5	500	UND
5	ANEL DE VEDAÇÃO P/VASO SANIT. C/GUIA	80	UND
6	ASSENTO SANITÁRIO UNIVERSAL; OVAL COM SISTEMA DE FECHAMENTO CONVENCIONAL; COMPATÍVEL COM TODAS AS LOUÇAS SANITÁRIAS UNIVERSAIS OVAIS; CONFECCIONADO EM POLIPROPILENO; INJETADO; TAMPASANITÁRIA HIGIÊNICA E DE FÁCIL LIMPEZA; MODELO CONFORTÁVEL; RESISTENTE; POSSUI TAMPAS ENVOLVENTE E SUPERFÍCIE BRILHANTE; ESTRUTURA SÓLIDA E MUITO RESISTENTE; POSSUI FIXADORES AJUSTÁVEIS E ANTI DESLIZANTES;	100	UNI

LOTE 02:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE
1	BACIA SANITÁRIA PARA CAIXA ACOPLADA CERÂMICA; CAPACIDADE DO ACIONAMENTO DA BACIA SANITÁRIA 3/6 L DIMENSÃO 74X37X62 CM	30	UND
2	BACIA SANITARIO INFANTIL PARA CAIXA ACOPLADA CAPACIDADE DO ACIONAMENTO DA BACIA SANITÁRIA 3/6 L DIMENSÃO ASSENTO SANITÁRIO 32X41,9X15	10	UND
3	CAIXA DE DESCARGA ACOPLADA COMPLETA LOUÇA SANITÁRIA	20	UND



Prefeitura Municipal de Mirangaba

CNPJ: 13.913.371/0001-06, Avenida Jonas Carvalho, 125, Centro, Mirangaba-Bahia, CEP:44.745-000.

	ACABAMENTO: BRILHANTE ARMAZENAMENTO EM LITROS: 3/6 LITROS TIPO DE ACIONAMENTO: ECONÔMICO SISTEMA DE SAÍDA: VERTICAL ANEL: ANEL ABERTO SIFÃO- DIÂMETRO DE SAÍDA: 42 MM FURO DE JATO: NÃO		
4	CAIXA DE DESCARGA BRANCA 9L EM POLIETILENO E ENGATE FLEXÍVEL EM PVC	100	UND
5	KIT REPARO PARA VASO SANITARIO ACOPLADO UNIVERSAL	50	UND
6	MICTÓRIO INDIVIDUAL 50X32X27CM LOUÇA BRANCO; ACESSÓRIOS QUE ACOMPANHAM: SIFÃO INTEGRADO E KIT DE FIXAÇÃO.	50	UND
7	TUBO PARA CAIXA DE DESCARGA PVC 120 A 160 CM	30	UND
8	LAVATORIO COM /COLUNA BRANCO C/ACESSÓRIOS COMPLETO MATERIAL LOUÇA DIMENÇÕES APROXIMADAS: 80X46X35CM	50	UND
9	ESPUDE P/ LIGAÇÃO DE VASO SANITÁRIO UNIVERSAL	30	UND

LOTE 03:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE
1	CAIXA DE PROTEÇÃO PARA HIDROMETRO STANDER. CAIXA PLÁSTICA COM TAMPA ACRÍLICA INCOLOR	100	UNI
2	CAIXA D'ÁGUA, CAPACIDADE: 1.000 LITROS, FORMATO: REDONDA, MATERIAL: POLIETILENO, ALTURA COM TAMPA (CM): 97, DIÂMETRO: 151, DIÂMETRO DA TAMPA:152, COR: AZUL.	20	UNI
3	CAIXA D'ÁGUA, CAPACIDADE: 10.000 LITROS, FORMATO: REDONDA, MATERIAL: POLIETILENO, ALTURA COM TAMPA (CM): 2,57, DIÂMETRO DA TAMPA: 2,03, COR: AZUL.	4	UNI
4	CAIXA D'ÁGUA, CAPACIDADE: 2.000 LITROS, FORMATO: REDONDA, MATERIAL: POLIETILENO, ALTURA COM TAMPA 1,10, DIÂMETRO COM TAMPA: 2,00, COR: AZUL.	10	UNI
5	FLANGE DE PVC 60x2"	10	UND
6	FLANGE DE PVC DE 20 MM ADAPTADOR SOLDÁVEL FLANGE P/CAIXA D'AGUA 20MM	30	UND
7	FLANGE DE PVC DE 25 MM ADAPTADOR SOLDÁVEL FLANGE P/CAIXA D'AGUA 25MM	30	UND
8	FLANGE DE PVC DE 32 MM ADAPTADOR SOLDÁVEL FLANGE P/CAIXA D'AGUA 32MM	30	UND
9	FLANGE DE PVC DE 40 MM ADAPTADOR SOLDÁVEL FLANGE P/CAIXA D'AGUA 40MM	50	UND
10	FLANGE DE PVC DE 50 MM ADAPTADOR SOLDÁVEL FLANGE P/CAIXA D'AGUA 50MM	50	UND
11	TANQUE DE POLIETILENO, CAPACIDADE: 20.000 LITROS, FORMATO: REDONDA, MATERIAL: POLIETILENO, ALTURA 2,83M, DIÂMETRO DE 3.17 M, COR: AZUL.	5	UNI
12	TANQUE MÁRMORE SINTÉTICO DUPLO 110X60CM VERDE ROMANO	30	UND

LOTE 04:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE
1	ADESIVO PVC 850G	300	UND
2	BOIA P/ CAIXA D'AGUA 1/2	30	UND
3	CAIXA SIFONADA 100 X 40 CAIXA SIFONADA BRANCA COM GRELHA QUADRADA 100 MM X 100 MM X 40 MM HERC - UTILIZADA PARA COLETAR ÁGUAS PROVENIENTES DOS APARELHOS SANITÁRIOS E PIAS.	100	UNI
4	CAIXA SIFONADA 100 X 50 CAIXA SIFONADA BRANCA COM GRELHA REDONDA 100 MM X 100 MM X 50 MM HERC - UTILIZADA PARA COLETAR ÁGUAS PROVENIENTES DOS APARELHOS SANITÁRIOS E PIAS	100	UNI
5	CAIXA SIFONADA 100 X 75 CAIXA DE GORDURA SIFONADA BRANCA QUADRADA COM TAMPA E CESTO, 250 X 250 X 75/100 MM HERC - UTILIZADA PARA COLETAR ÁGUAS PROVENIENTES DOS APARELHOS	50	UNI



Prefeitura Municipal de Mirangaba

CNPJ: 13.913.371/0001-06, Avenida Jonas Carvalho, 125, Centro, Mirangaba-Bahia, CEP:44.745-000.

	SANITÁRIOS E PIAS		
6	CANO BRAÇO EM ALUMÍNIO POLIDO 1/2 X 40CM P/ CHUVEIROS	20	UND
7	CHUVEIRO DE PLASTICO FRIO 4" BR C/ BRACO 1/2 X 30CM	50	UNI
8	CHUVEIRO ELETRICO DUCHA / CHUVEIRO 5500W 220V; 3 TEMPERATURAS; MATERIAL: TERMOPLÁSTICOS, ELASTÔMEROS E LIGAS METÁLICAS; ACOMPANHA MANGUEIRA.	50	UNI
9	ENGATE FLEXÍVEL 1/2 X 50CM ÁGUA FRIA PVC PLENA	200	UND
10	ENGATE FLEXÍVEL DE 40CM BRANCO É RECOMENDADO PARA APLICAÇÃO EM CAIXAS ACOPLADAS, PIAS E ATÉ BIDÊS. SEU DESIGN FLEXÍVEL CONTA COM TERMINAIS QUE EVITAM A TORÇÃO DA MANGUEIRA. RODUZIDO EM PVC, É RESISTENTE E DURÁVEL E SUPORTA PRESSÃO DE ATÉ 40MCA.	50	UND
11	LIXA D'AGUA 320 LIXA EM ÓXIDO DE ALUMÍNIO SOBRE PAPEL IMPERMEÁVEL, EXCELENTE FLEXIBILIDADE.	500	UND
12	SIFÃO DUPLO AJUSTÁVEL SANFONADO PARA CUBAS DUPLAS. FICHA TÉCNICA: MODELO - SANFONADO DUPLO; TAMANHO MÁX. 75CM MATERIAL - PVC RESISTENTE; IDEAL PARA ÁGUA QUENTE OU FRIA UNIVERSAL	50	UND
13	SIFÃO SANFONADO UNIVERSAL AJUSTÁVEL MULTIUSO 50MM	100	UND
14	TAMPÃO COM ROSCA 20MM	50	UND
15	FITA VEDA ROSCA 18MMX10M	300	UND
16	COLA ADESIVA EPÓXI MASSA 100G; ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: - TEMPERATURA DE TRABALHO: -50°C A 150°C; - ESTADO FÍSICO: MASSA; - CONTEÚDO: 100 G	50	UND
17	COLA PROFISSIONAL TIPO: ADESIVO EPOXI - COMPOSTA POR DOIS REAGENTES; FINALIDADE: COLAGENS COM ALTA RESISTENCIA - MULTIUSO RESISTE A TEMPERATURAS DE ATÉ 80°C, 100G	10	UND
18	COLA SUPER ESPECIFICAÇÕES TIPO: ADESIVO INSTANTÂNEO; QUANTIDADE DE COMPONENTES: MONOCOMPONENTE; APLICAÇÃO: PORCELANA, MADEIRA, PAPEL, COURO METAL, PLÁSTICO*, CERÂMICA E OUTROS; BENEFÍCIOS; FORÇA INSTANTÂNEA; ALTA PERFORMANCE; MAIS RESISTÊNCIA À UMIDADE; BICO ANTI ENTUPIMENTO; FÓRMULA SEM SOLVENTES; ITENS INCLUSOS; 01 BISNAGA DE 1,5 GRAMAS; DIMENSÕES; TAMANHO DA EMBALAGEM (AXLXP): 16,5 X 7 X 1 CM; BISNAGA: 1,5 GRAMAS.	30	UNI
19	VALVULA / RALO LAVATORIO CROMADO 7/8 CUBA PIA	30	UND
20	VALVULA PARA LAVATORIO EM PVC, COM TAMPA, ROSCAVEL BITOLA 40MM	100	UND
21	VALVULA PARA LAVOTORIO INOX VÁLVULA EM INOX PARA PIA STANDARD 4,5" ALTO BRILHO"	30	UNI

LOTE 05:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE
1	CAP DE 32 MM CAP PARA ÁGUA COR: MARROM ESPECIALMENTE CRIADA PARA PROJETOS COM INSTALAÇÕES PERMANENTES E EMBUTIDAS, A LINHA SOLDÁVEL É PERFEITA PARA CONDUZIR ÁGUA FRIA, EM OBRAS RESIDENCIAIS, INDUSTRIAIS OU COMERCIAIS DE 32 MM	50	UNI
2	CAP DE 20 MM CAP PARA ÁGUA COR: MARROM ESPECIALMENTE CRIADA PARA PROJETOS COM INSTALAÇÕES PERMANENTES E EMBUTIDAS, A LINHA SOLDÁVEL É PERFEITA PARA CONDUZIR ÁGUA FRIA, EM OBRAS RESIDENCIAIS, INDUSTRIAIS OU COMERCIAIS	150	UND
3	CAP DE 25 MM CAP PARA ÁGUA COR: MARROM ESPECIALMENTE CRIADA PARA PROJETOS COM INSTALAÇÕES PERMANENTES E EMBUTIDAS, A LINHA SOLDÁVEL É PERFEITA PARA CONDUZIR ÁGUA FRIA, EM OBRAS RESIDENCIAIS, INDUSTRIAIS OU COMERCIAIS DE 25 MM	150	UND
4	CONEXÃO SOLDÁVEL JOELHO 90° 20MM	200	UNI
5	CONEXÃO SOLDÁVEL JOELHO 90° 25MM	200	UNI
6	CONEXÃO SOLDÁVEL JOELHO 90° 32MM	100	UNI



Prefeitura Municipal de Mirangaba

CNPJ: 13.913.371/0001-06, Avenida Jonas Carvalho, 125, Centro, Mirangaba-Bahia, CEP:44.745-000.

7	CONEXÃO SOLDÁVEL JOELHO 90° 40MM	100	UNI
8	CURVA 20MM SOLDÁVEL	100	UND
9	CURVA 45° SOLDÁVEL MARROM 25MM 1/2	100	UND
10	CURVA 90° LONGA CURVA SOLDÁVEL 32MM MARROM	50	UNI
11	CURVA 90° SOLD 20 MM	50	UND
12	CURVA 90° SOLDÁVEL MARROM 25MM 3/4"	200	UND
13	JOELHO 90° 1.1/2"	50	UNI
14	JOELHO 90° ROSCÁVEL 1.1/4"	50	UNI
15	JOELHO SOLD 20MM	100	UND
16	LUVA 20MM SOLDÁVEL	50	UND
17	LUVA DE CORRER PVC MARROM 40 MM	20	UNI
18	LUVA DE CORRER PVC MARROM 60 MM	50	UNI
19	LUVA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL - 25 X 20 MM	100	UNI
20	LUVA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL - 32 X 20 MM	20	UNI
21	LUVA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL - 32 X 25 MM	50	UNI
22	LUVA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL - 40 X 25 MM	100	UNI
23	LUVA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL - 40 X 32 MM	10	UNI
24	LUVA SOLD 40MM	100	UND
25	LUVA SOLD 25MM	100	UND
26	LUVA SOLD ROSCA 20MM	50	UND
27	REDUÇÃO SOLD. CURTA 25X20	100	UND
28	REDUÇÃO SOLD. LONGA 32X20	10	UND
29	TE L/R 20X20X1/2	50	UND
30	TE SOLD 20MM	100	UND
31	TE SOLD 25MM	100	UND
32	TE SOLD 25MM COM ROSCA	100	UND
33	TUBO PVC SOLD. 32MM - BARRA COM 6 METROS	110	BAR
34	TUBO PVC SOLD. 40MM - BARRA COM 6 METROS	100	BAR
35	TUBO PVC SOLD. DE 20MM - BARRA COM 6 METROS	1260	BAR
36	TUBO PVC SOLD. DE 25MM - BARRA COM 6 METROS	250	BAR
37	TUBO PVC SOLD. DE 60MM - BARRA COM 6 METROS	100	BAR

LOTE 06:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE
1	MANGUEIRA 3/4 PRETA	500	MT
2	MANGUEIRA SUCCÃO MANGOTE AZUL 2.1/2. 75MM	200	MT

LOTE 07:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE
1	CAP DE 100 MM CAP PARA ESGOTO COR: BRANCO PARA SISTEMAS DE ESGOTO RESISTENTES, COM ALTA DURABILIDADE E PRECISÃO.	20	UND
2	CAP DE 40 MM CAP PARA ESGOTO COR: BRANCO PARA SISTEMAS DE ESGOTO RESISTENTES, COM ALTA DURABILIDADE E PRECISÃO.	100	UND
3	CAP DE 50 MM CAP PARA ESGOTO COR: BRANCO PARA SISTEMAS DE ESGOTO RESISTENTES, COM ALTA DURABILIDADE E PRECISÃO.	50	UND
4	CAP DE 75 MM CAP PARA ESGOTO COR: BRANCO PARA SISTEMAS DE ESGOTO RESISTENTES, COM ALTA DURABILIDADE E PRECISÃO.	50	UND
5	CAP ESGOTO DE 150 MM CAP PARA ESGOTO COR: BRANCO PARA SISTEMAS DE ESGOTO RESISTENTES, COM ALTA DURABILIDADE E PRECISÃO.	20	UND
6	CAP ESGOTO DE 200 MM CAP PARA ESGOTO COR: BRANCO PARA SISTEMAS DE ESGOTO RESISTENTES, COM ALTA DURABILIDADE E PRECISÃO.	20	UND
7	CURVA 90° LONGA PARA ESGOTO SÉRIE NORMAL DN 100MM	100	UND
8	CURVA 90° LONGA PARA ESGOTO SÉRIE NORMAL DN 50MM	200	UND
9	CURVA 90° LONGA PARA ESGOTO SÉRIE NORMAL DN 75MM	50	UND
10	CURVA DE PVC PARA ESGOTO 45° DE 100 MM	100	UND



Prefeitura Municipal de Mirangaba

CNPJ: 13.913.371/0001-06, Avenida Jonas Carvalho, 125, Centro, Mirangaba-Bahia, CEP:44.745-000.

11	CURVA DE PVC PARA ESGOTO 45° DE 50 MM	200	UND
12	CURVA DE PVC PARA ESGOTO 45° DE 75 MM	50	UND
13	JOELHO 100MM ESGOTO 90°	70	UND
14	JOELHO ESGOTO 40MM 90°	100	UND
15	LUVA CORRER 100MM	50	UND
16	LUVA 100MM ESGOTO	70	UND
17	REDUÇÃO PVC ESGOTO 100 X 75	30	UNI
18	REDUÇÃO PVC PARA ESGOTO 100 X 50	50	UNI
19	TE ESGOTO 40MM	50	UND
20	TUBO PVC ESG. 100MM - BARRA COM 6 METROS	200	BAR
21	TUBO PVC ESG. 40MM - BARRA COM 6 METROS	250	BAR
22	TUBO PVC ESG. 50MM - BARRA COM 6 METROS	200	BAR
23	TUBO PVC ESG. 75MM - BARRA COM 6 METROS	100	BAR
24	TUBO PVC ESGOTO 150 MM - BARRA COM 6 METROS	50	BAR

LOTE 08:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE
1	CAP SOLDÁVEL, BITOLA 50 MM CAP COR: AZUL PARA SISTEMAS DE RESISTENTES, COM ALTA DURABILIDADE E PRECISÃO.	314	UNI
2	CAP SOLDÁVEL, BITOLA 75 MM CAP COR: AZUL PARA SISTEMAS DE RESISTENTES, COM ALTA DURABILIDADE E PRECISÃO.	50	UNI
3	COLAR TOMADA ABRAÇADEIRA C/ TRAVAS 50 X 20MM	2200	UNI
4	CONEXÃO SOLDÁVEL JOELHO 90° 60MM	100	UNI
5	CURVA 90° AZUL; SOLDÁVEL; BITOLA - 50MM	300	UNI
6	CURVA 90° AZUL; SOLDÁVEL; BITOLA - 75MM	100	UNI
7	CURVA 90° GALVANIZADO 1,5" (POLEGADAS) MACHO/FEMEA	20	UND
8	CURVA 90° GALVANIZADO 2" (POLEGADAS) MACHO/FEMEA	20	UND
9	JOELHO AZUL SOLDÁVEL BITOLA - 50MM 90°	300	UNI
10	JOELHO AZUL SOLDÁVEL BITOLA - 75MM 90°	20	UNI
11	LUVA DE CORRER PN 80 COR – AZUL BITOLA - 50MM	100	UNI
12	LUVA DE CORRER PN 80; COR – AZUL; BITOLA - 100MM	20	UNI
13	LUVA DE CORRER PN 80; COR – AZUL; BITOLA - 75 MM	50	UNI
14	LUVA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL - 50 X 25 MM	30	UNI
15	LUVA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL - 50 X 40 MM	50	UNI
16	LUVA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL - 60 X 50 MM	75	UNI
17	LUVA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL - 75 X 50 MM	10	UNI
18	LUVA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL - 75 X 60 MM	50	UNI
19	LUVA DE UNIÃO PVC 40 MM	30	UNI
20	LUVA DE UNIÃO PVC 50 MM	100	UNI
21	LUVA SOLD 50MM	100	UND
22	LUVA SOLD 60MM	100	UND
23	LUVA SOLD 75MM	100	UND
24	LUVA GALVANIZADO 1,5" (POLEGADA)	100	UND
25	NIPEL DUPLO GALVANIZADO DE 1.1/4	20	UNI
26	REDUÇÃO 50MM X 20MM	50	UND
27	REDUÇÃO SOLD. LONGA 50X25	50	UND
28	TÊ AZUL SOLDÁVEL; BITOLA - 100MM	100	UNI
29	TÊ AZUL SOLDÁVEL; BITOLA - 150MM	30	UNI
30	TÊ AZUL SOLDÁVEL; BITOLA - 32MM	50	UNI
31	TÊ AZUL SOLDÁVEL; BITOLA - 50MM	350	UNI
32	TÊ AZUL SOLDÁVEL; BITOLA - 75MM	50	UNI
33	TÊ DE REDUÇÃO SOLDÁVEL 50 MM X 20 MM	600	UNI
34	TÊ DE REDUÇÃO SOLDÁVEL 50 MM X 25 MM	400	UNI
35	TUBO PVC IRRIGA DN 50 PN80 BARRA COM 6 METROS	150	BAR
36	TUBO PVC IRRIGA DN 50 PN40 BARRA COM 6 METROS	2500	BAR
37	TUBO PVC IRRIGA DN 75 DE 75,5 PN125 BARRA COM 6 METROS	500	BAR



Prefeitura Municipal de Mirangaba

CNPJ: 13.913.371/0001-06, Avenida Jonas Carvalho, 125, Centro, Mirangaba-Bahia, CEP:44.745-000.

38	TUBO PVC IRRIGA DN 75 DE 75,5 PN80 BARRA COM 6 METROS	500	BAR
39	TUBO PVC SOLD. DE 50MM PN40 - BARRA COM 6 METROS	1000	BAR
40	TUBO PVC SOLDAVEL 60MM-BARRA COM 6 METROS	100	BAR
41	TUBO PVC SOLDAVEL DN 75 PN40 BARRA COM 6 METROS	250	BAR
42	TUBO EDUTOR DE 1,5" (POLEGADA) BARRA COM 4 METROS	300	BAR
43	TUBO EDUTOR DE 2" (POLEGADA) BARRA COM 4 METROS	300	BAR
44	UNIÃO GALVANIZADO 1,5 " (POLEGADAS)	10	UND
45	UNIÃO GALVANIZADO 2 " (POLEGADAS)	10	UND
46	UNIÃO SOLDAVEL PVC DE 25 MM	30	UND
47	UNIÃO SOLDAVEL PVC DE 32 MM	30	UND
48	UNIÃO SOLDAVEL PVC DE 50 MM	30	UND

LOTE 09:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE
1	REGISTRO DE ESFERA 20MM	500	UNI
2	REGISTRO DE ESFERA 25MM	300	UNI
3	REGISTRO DE ESFERA 32MM	300	UNI
4	REGISTRO DE ESFERA 40MM	100	UNI
5	REGISTRO DE ESFERA 60MM	100	UNI
6	REGISTRO DE ESFERA 85MM	30	UNI
7	REGISTRO DE PRESSÃO EM AÇO INOX 3/4	50	UND
8	REGISTRO ESFERA SOLDÁVEL AZUL 100MM	100	UNI
9	REGISTRO ESFERA SOLDÁVEL AZUL 50MM	500	UNI
10	REGISTRO ESFERA SOLDÁVEL AZUL 75MM	300	UNI
11	REGISTRO GAVETA EM AÇO INOX 1,5" (POLEGADA)	10	UND
12	REGISTRO GAVETA EM AÇO INOX 2" (POLEGADA)	10	UND
13	REGISTRO GAVETA EM AÇO INOX 3" (POLEGADA)	10	UND
14	REGISTRO GAVETA EM AÇO INOX 3/4	50	UND

LOTE 10:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE
1	BOMBA PERIFERICA 0,5 CV 220V	10	UND
2	BOMBA PERIFERICA 1 CV 220V	10	UND
3	BOMBA SUBMERSA SAPO 2000 TURBO 220V	10	UND
4	MOTOR BOMBA 4R5/27 5CV 380W	5	UND

LOTE 11:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE
1	TONEIRA COZINHA ALTA BICA MOVEL 1/2" EM PVC	40	UND
2	TORNEIRA INOX BICA MÓVEL BANHEIRO LAVATORIO C40	80	UND
3	TORNEIRA PARA JARDIM EM POLIPROPILENO	100	UND
4	TORNEIRA PARA LAVATORIO FIXA AÇO INOX C40 1/2"	50	UND
5	TORNEIRA PARA LAVATORIO FIXA CROMADO C40 1/2"	50	UND
6	TORNEIRA PLASTICA B/M LAVATORIO MESA BRANCO	100	UND
7	TORNEIRA PLASTICA P/ PIA 1/2X15CM	50	UND

LOTE 12:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE
1	MASSA PLÁSTICA BRANCA 400 G COM CATALISADOR	50	UNI

LOTE 13:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE
1	SENSOR DE NIVEL PARA POÇO ARTESIANO	50	UND



Prefeitura Municipal de Mirangaba

CNPJ: 13.913.371/0001-06, Avenida Jonas Carvalho, 125, Centro, Mirangaba-Bahia, CEP:44.745-000.

2	VALVULA DE RETENÇÃO HORIZONTAL DE BRONZE 1,5" (POLEGADAS)	5	UND
3	VALVULA DE RETENÇÃO HORIZONTAL DE BRONZE 2" (POLEGADAS)	5	UND
4	VALVULA DE RETENÇÃO HORIZONTAL DE BRONZE 3" (POLEGADAS)	5	UND

6. Levantamento de Mercado

Considerando a necessidade das Secretarias Municipais, foi adotado o modelo de licitação de Registro de Preços para eventual aquisição, mediante modalidade de Pregão Presencial. Pois assim, configura o modelo com maior vantajosidade para municipalidade.

Informamos, que foi adotado o critério de escolha de sítios eletrônicos de mídia especializada e de tabela de referência aprovada pelo Poder Executivo Federal, visto que, para esse tipo de material é de fácil acesso.

Nesse diapasão, foi adotado o critério do inciso III do art. 23 da Lei 14133/2021, utilizando-se de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, que contem a data e hora de acesso, que é o caso da BANCO DE PEÇO;

Informamos também que, no momento de escolha dos itens foi realizado um estudo técnico a fim de se chegar em um descritivo que melhor atenderia as necessidades da Administração. Após os estudos e levantamento, chegou-se nos descritivos técnicos constantes, visto que, são tal, atendendo assim, as necessidades da Administração.

Informamos também, que os recursos não são oriundos da União, por isso foi adotado a média das cotações.

Por fim, foi realizado o valor médio, para chegar no valor final referencial dos itens mencionados acima, conforme orçamento nos autos do processo.

7. Descrição da Solução como um todo

A aquisição de materiais hidráulicos por meio de licitação é a solução mais adequada para suprir as necessidades da administração pública por diversas razões. Primeiramente, a licitação promove a transparência e a igualdade de condições entre os concorrentes, assegurando que o processo de compra seja conduzido de forma justa e imparcial. Este procedimento evita favorecimentos e fraudes, garantindo que os recursos públicos sejam utilizados de maneira eficiente e responsável.

Além disso, a licitação permite que a administração pública obtenha os melhores preços e condições de pagamento, uma vez que os fornecedores competem entre si para oferecer propostas mais vantajosas. Esse processo competitivo tende a resultar em economia para os cofres públicos, possibilitando que mais projetos de infraestrutura e manutenção de sistemas hidráulicos sejam realizados com o mesmo orçamento.

Através da licitação, a administração pública também assegura a qualidade dos materiais adquiridos. Os editais de licitação especificam detalhadamente os requisitos e padrões de qualidade que os fornecedores devem cumprir, o que garante que os produtos fornecidos sejam adequados para o uso em redes de água, esgoto, drenagem e outras aplicações hidráulicas essenciais.

A licitação também contribui para a eficiência administrativa, pois estabelece procedimentos claros e padronizados para a aquisição de bens e serviços. Isso facilita o



Prefeitura Municipal de Mirangaba

CNPJ: 13.913.371/0001-06, Avenida Jonas Carvalho, 125, Centro, Mirangaba-Bahia, CEP:44.745-000.

planejamento e a execução das compras, permitindo que a administração pública atenda suas necessidades de maneira organizada e previsível, especialmente em obras e manutenções de infraestrutura hidráulica.

Portanto, a aquisição de materiais hidráulicos por meio de licitação é a solução mais adequada para a administração pública, pois promove a transparência, a economia, a qualidade, a conformidade legal e a eficiência administrativa, assegurando o uso correto e eficiente dos recursos públicos.

8. Justificativa para parcelamento ou não

Informamos que a entrega será parcela de acordo com a necessidade da administração pública.

9. Demonstrativo de resultados pretendidos

A administração espera que a aquisição de materiais hidráulicos por licitação contribua para o desenvolvimento sustentável das comunidades. A eficiência na execução de obras e manutenções relacionadas a sistemas de água, esgoto e drenagem impacta diretamente a qualidade de vida dos cidadãos, proporcionando melhores condições de saneamento, prevenção de enchentes e segurança hídrica, além de promover a preservação ambiental.

Em suma, a administração pública espera, com a aquisição de materiais hidráulicos por meio de licitação, alcançar eficiência operacional, otimização dos recursos financeiros, garantia de qualidade, transparência nos processos e desenvolvimento sustentável, refletindo diretamente na melhoria dos serviços prestados à população e no desenvolvimento das comunidades..

10. Providências a serem tomadas pela Administração

As ações a serem tomadas pela Administração anterior à celebração do contrato consiste em reservar local adequado para o recebimento do material no ato da entrega na Secretaria solicitante.

11. Informar Contratações correlatas

Informamos que a Prefeitura Municipal de Mirangaba, não possui contratos similares vigentes até o presente momento.

12. Impactos Ambientais

Informamos que a presente aquisição não se aplica impactos ambientais significativos, visto que, trata-se de itens de baixa complexidade. Ademais, o descarte será realizado mediante coleta seletiva.

13. Conclusão

Diante do supracitado, os itens são de suma importância, pois, a disponibilidade de materiais hidráulicos são fundamentais para assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços públicos, a segurança da população e o desenvolvimento sustentável das comunidades, refletindo diretamente na qualidade de vida dos cidadãos e na eficiência da gestão pública. Desta maneira, solicitamos abertura de Registro de Preços, por meio de Pregão Presencial aquisição dos referidos itens.



Prefeitura Municipal de Mirangaba

CNPJ: 13.913.371/0001-06, Avenida Jonas Carvalho, 125, Centro, Mirangaba-Bahia, CEP:44.745-000.

Declaramos, que foram cumpridos todos os requisitos do presente Estudo Técnico Preliminar.

Mirangaba, Bahia. 26 de setembro de 2024

<u>Erisvaldo Souza Pereira</u> Presidente	<u>Laine dos Santos Lima</u> Secretária	<u>Joice Dias Costa de Lima</u> Secretária

() Aprovado () Não aprovado	<u>CLÓVIS FERREIRA DE ALMEIDA</u> Secretário Municipal de Agricultura, Abastecimento. Decreto nº. 013, de 02 de janeiro de 2023.
Em: ____/____/____	



Prefeitura Municipal de Mirangaba

CNPJ: 13.913.371/0001-06, Avenida Jonas Carvalho, 125, Centro, Mirangaba-Bahia, CEP:44.745-000.

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANGABA

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2024-SRP.

OBJETO RESUMIDO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA DE MATERIAL HIDRÁULICO GERAL.

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 016/2024		
RAZÃO SOCIAL:		
CNPJ:		
ENDEREÇO:		
TELEFONE:	EMAIL:	
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA:		
CPF:	RG:	
BANCO (NOME/Nº)	AGÊNCIA Nº:	CONTA CORRENTE Nº:

PLANILHA ORÇAMENTARIA

LOTE 01

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT	VALOR UNITÁ.	VALOR TOTAL	MARCA
01						
02						
VALOR GLOBAL DA PROPOSTA						

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 DIAS

- Declaramos que, entregaremos os materiais/produtos no município de Mirangaba no local indicado pela administração, no prazo máximo de **10 (DEZ)** dias, logo após o recebimento da Ordem de Fornecimento expedida pela Autoridade Competente.
- Declaramos ainda que, entregaremos os materiais/produtos nas quantidades mínimas e máximas solicitadas, conforme as que constam no **ITEM 1.1** do Termo de Referência.
- Declaramos que, nos preços ofertados estão inclusas todas as despesas com transporte, taxas, tributos, impostos, encargos etc...

OBS: Nos termos do instrumento convocatório, deverá ser apresentada, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme disposição do artigo 63, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

LOCAL, XX DE XXXXX DE 2024.

Carimbo da Empresa
Assinatura do Representante Legal



Prefeitura Municipal de Mirangaba

CNPJ: 13.913.371/0001-06, Avenida Jonas Carvalho, 125, Centro, Mirangaba-Bahia, CEP:44.745-000.

ANEXO III

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANGABA-BA

Nº XXX/2024

O MUNICIPIO DE MIRANGABA, ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público, sediada à Avenida Jonas Carvalho, 125, Centro, Mirangaba - BA, inscrita no CNPJ (MF) sob nº. 13.913.371/0001-06, sediada Avenida Jonas Carvalho, S/N, Centro, na cidade de Mirangaba, Bahia, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE XXXXXXXX DE MIRANGABA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ (MF) nº. **XXXXXXXXXXXX**, sediada Avenida Jonas Carvalho, S/N, Centro, Mirangaba, Bahia, neste ato representado pela sua Gestora a Senhora **XXXXXXXXXX**, brasileira, maior, capaz, portadora do CPF sob o nº **XXXXXXXX** e RG sob o nº **XXXXXXXX**, brasileira, residente e domiciliado na cidade de Mirangaba-BA, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma Presencial, para **REGISTRO DE PREÇOS nº XXX/2024, Processo Administrativo 0135/2024**, RESOLVE registrar os preços da empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ/MF sob nº. **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, neste ato representado(a) por **XXXXXXXXXXXXXXXXXX** (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir:

1.DO OBJETO

1.1. O objeto da presente competição é a escolha de proposta mais vantajosa para registro de preços para eventual fornecimento de forma parcelada de materiais hidráulicos em geral, para atender as necessidades da prefeitura municipal de mirangaba, bahia, conforme edital de Pregão Presencial nº 016/2024.

2.DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1.O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

(Planilha)

3.DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1.A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.1. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços.



Prefeitura Municipal de Mirangaba

CNPJ: 13.913.371/0001-06, Avenida Jonas Carvalho, 125, Centro, Mirangaba-Bahia, CEP:44.745-000.

3.2.Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.3.As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, ao máximo cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.4.As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

3.4.1.Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

3.5.Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

3.6.Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

3.6.1.Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

4.VALIDADE DA ATA

4.1.O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme o disposto no art. 84 da Lei n. 14.133/21.

5.REVISÃO E CANCELAMENTO

5.1.A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

5.2.Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

5.3.Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.4.O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.4.1.A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.



Prefeitura Municipal de Mirangaba

CNPJ: 13.913.371/0001-06, Avenida Jonas Carvalho, 125, Centro, Mirangaba-Bahia, CEP:44.745-000.

5.5.Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.5.1.liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

5.5.2.convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.6.Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.7.O registro do fornecedor será cancelado quando:

5.7.1.descumprir as condições da ata de registro de preços;

5.7.2.não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.7.3.não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

5.7.4.sufrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

5.8.O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.7.1, 5.7.2 e 5.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.9.O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

5.9.1.por razão de interesse público; ou

5.9.2.a pedido do fornecedor.

6. DAS PENALIDADES

6.1.O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

6.1.1.As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

6.2.É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

6.3.O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer descumprimento do fornecedor, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

7. ÓRGÃOS PARTICIPANTES

Secretaria Municipal de Administração; Secretaria Municipal de Educação; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Assistência Social.



Prefeitura Municipal de Mirangaba

CNPJ: 13.913.371/0001-06, Avenida Jonas Carvalho, 125, Centro, Mirangaba-Bahia, CEP:44.745-000.

8. ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Ficam designadas o servido, XXXXXXXXXXXXXXXX Decreto nº XXXXXXXXXXXXX, lotado na Secretaria XXXXXXXXXXXXX, para acompanhar a execução do fornecimento decorrente da presente Ata de Registro de Preços.

7.2 – À fiscalização compete, entre outras atribuições, verificar a conformidade da execução do fornecimento com as normas especificadas, se os procedimentos são adequados para garantir a qualidade desejada.

7.3 – A Representante anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas.

7.4 – As decisões e providências que ultrapassarem a competência da Representante deverão ser solicitadas a Autoridade Competente, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes

9.CONDIÇÕES GERAIS

9.1.As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

9.2.É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133/21.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Mirangaba-BA, XX de XXXX de 2024

XXXXXXXXXXXXXXXXXX
Secretária Municipal de XXXXXXXXXXXX

EMPRESA
CONTRATADA

Testemunhas:

NOME: _____

NOME: _____

CPF: _____

CPF: _____



Prefeitura Municipal de Mirangaba

CNPJ: 13.913.371/0001-06, Avenida Jonas Carvalho, 125, Centro, Mirangaba-Bahia, CEP:44.745-000.

MINUTA DE CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANGABA

(Processo Administrativo nº.0135/2024)

Termo de Contrato de fornecimento que entre si
fazem o **MUNICÍPIO DE MIRANGABA** e a
Empresa **XXXXXXXXXXXX**

CONTRATO Nº ____/2024

O MUNICIPIO DE MIRANGABA, ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público, sediada à Avenida Jonas Carvalho, 125, Centro, Mirangaba - BA, inscrita no CNPJ (MF) sob nº. 13.913.371/0001-06, sediada Avenida Jonas Carvalho, S/N, Centro, na cidade de Mirangaba, Bahia, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE XXXXXXXX DE MIRANGABA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ (MF) nº. **XXXXXXXXXXXX**, sediada Avenida Jonas Carvalho, S/N, Centro, Mirangaba, Bahia, neste ato representado pela sua Gestora a Senhora **XXXXXXXXXXXX**, brasileira, maior, capaz, portadora do CPF sob o nº **XXXXXXXXXX** e RG sob o nº **XXXXXXXXXX**, brasileira, residente e domiciliado na cidade de Mirangaba-BA, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) **XXXXXXXXXXXX**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **XXXXXXXXXXXX**, sediado(a) na **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por **XXXXXXXXXXXX** (**nome e função no contratado**), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº XXXX e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Presencial nº 016/2024** e Processo Administrativo 0135/2024, Tipo **MENOR PREÇO**, que se regerá pelas suas normas, pela Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e pelas demais disposições pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Este Contrato tem como objeto o fornecimento de forma parcelada de materiais hidráulico em geral, para atender as necessidades da prefeitura municipal de mirangaba, bahia., conforme edital de Pregão Presencial nº 016/2024.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1				
2				

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;



Prefeitura Municipal de Mirangaba

CNPJ: 13.913.371/0001-06, Avenida Jonas Carvalho, 125, Centro, Mirangaba-Bahia, CEP:44.745-000.

1.3.2.O Edital da Licitação;

1.3.3.A Proposta do contratado;

1.3.4.Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2.CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1.O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1.O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. O regime de execução contratual, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – MODELO DE GESTÃO CONTRATUAL

4.1.O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

4.2.Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

4.3.As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

4.4.O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

4.5.Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver e das sanções aplicáveis, dentre outros.

4.6.A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

4.7.O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

4.8.O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

4.9.Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

4.10.O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.



Prefeitura Municipal de Mirangaba

CNPJ: 13.913.371/0001-06, Avenida Jonas Carvalho, 125, Centro, Mirangaba-Bahia, CEP:44.745-000.

4.11.No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

4.12.O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

4.13.O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

4.14.Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

4.15.O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

4.16.O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

4.17.O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

4.18.O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

4.19.O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

5.1.Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA SEXTA - PREÇO

6.1.O valor global estimado da contratação é de R\$ (.....), a serem pagos de acordo com os serviços prestados.

CLÁUSULA SÉTIMA – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

7.1.Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2.Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta,



Prefeitura Municipal de Mirangaba

CNPJ: 13.913.371/0001-06, Avenida Jonas Carvalho, 125, Centro, Mirangaba-Bahia, CEP:44.745-000.

devendo ser substituídos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta própria do Município, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.12. A Administração deverá: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.13. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo,



Prefeitura Municipal de Mirangaba

CNPJ: 13.913.371/0001-06, Avenida Jonas Carvalho, 125, Centro, Mirangaba-Bahia, CEP:44.745-000.

apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

Forma de pagamento

7.18. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.20.1. Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e Contribuição para os Programas de Integração Social e Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), na forma da Instrução Normativa RFB nº 1.234 de 11 de janeiro de 2012, conforme determina o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996;

7.20.2. Contribuição previdenciária, correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB nº 971 de 13 de novembro de 2009, conforme determina a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; e,

7.22.3. Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), na forma da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, combinada com a legislação pertinente.

7.20.3. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.21. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA OITAVA- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:



Prefeitura Municipal de Mirangaba

CNPJ: 13.913.371/0001-06, Avenida Jonas Carvalho, 125, Centro, Mirangaba-Bahia, CEP:44.745-000.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:			
2.01 - Gabinete do Prefeito			
2.04 – Secretaria Municipal de Administração.			
2.06 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.			
2.07 – Secretaria Municipal de Transportes.			
2.08 – Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento.			
2.09 - Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e do Turismo - SEMARHT			
2.10 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.			
3.01 – Fundo Municipal de Saúde.			
4.01 – Secretaria Municipal de Assistência Social.			
PROJETO/ATIVIDADE:			FONTE:
2.002 - Manutenção das Ações Administrativas do Gabinete do Prefeito			1500-0000
2.003 – Manutenção das Ações Administrativas da Sec. de Administração			1500-0000
2.003 – Manutenção das Ações Administrativas da Sec. de Administração			1899-0000
2.006 – Manutenção da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte			1500-1001
2.031 - Manut. da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Desenv. Urbano e Serviços Públicos			1.500.0000
2.031 - Manut. da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Desenv. Urbano e Serviços Públicos			1.720.0000
2.076 - Manutenção do Sistema de Drenagem Urbana			1.500.0000
2.020 - Manutenção das Ações Administrativas de Assistência Social			1500-0000
2.036 – Manutenção das Ações da Secretaria de Agricultura e Abastecimento			1500-0000
2.038 – Manutenção das Ações da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.			1500-0000
2.038 – Manutenção das Ações da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.			1753-0000
2. 047 - Manutenção das Ações do Fundo Municipal de Saúde			1.500.1002
2. 047 - Manutenção das Ações do Fundo Municipal de Saúde			1.501.0000
ELEMENTO DA DESPESA:			
3.3.90.30.00 – Material de Consumo.			
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
4.122.0002.2.002	4.122.0002.2.003	12.122.0003.2.006	15.122.0010.2.031
15.451.0010.2.076	10.122.0006.2.047	8.122.0007.2.020	20.122.0009.2.036
18.122.0011.2.038			

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE DE PREÇO

9.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__.

9.2 Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice aplicável, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).



Prefeitura Municipal de Mirangaba

CNPJ: 13.913.371/0001-06, Avenida Jonas Carvalho, 125, Centro, Mirangaba-Bahia, CEP:44.745-000.

9.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

10.1. São obrigações do Contratante:

10.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

10.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

10.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

10.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

10.6. Fica designado o servido, XXXXXXXXXXXXXXXX Decreto nº XXXXXXXXXXXXX, lotado na Secretaria XXXXXXXXXXXXX, para acompanhar a execução do fornecimento decorrente da presente Ata de Registro de Preços.

10.7.7.2 – À fiscalização compete, entre outras atribuições, verificar a conformidade da execução do fornecimento com as normas especificadas, se os procedimentos são adequados para garantir a qualidade desejada.

10.8.7.3 – A Representante anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas.

10.9.7.4 – As decisões e providências que ultrapassarem a competência da Representante deverão ser solicitadas a Autoridade Competente, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes

10.10. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

10.11. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

10.12. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

10.13. Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

10.14. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

10.15. A Administração terá o prazo de 30 (trintas), a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

10.16. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.



Prefeitura Municipal de Mirangaba

CNPJ: 13.913.371/0001-06, Avenida Jonas Carvalho, 125, Centro, Mirangaba-Bahia, CEP:44.745-000.

10.17.A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

11.1.O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.2.Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

11.3.Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.4.Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

11.5.Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.6.Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.7.O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

11.8.Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

11.9.Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

11.10.Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.11.Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

11.12.Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));



Prefeitura Municipal de Mirangaba

CNPJ: 13.913.371/0001-06, Avenida Jonas Carvalho, 125, Centro, Mirangaba-Bahia, CEP:44.745-000.

11.13.Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

11.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

12.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv. **Multa:**

1. moratória de% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de (.....) dias;



Prefeitura Municipal de Mirangaba

CNPJ: 13.913.371/0001-06, Avenida Jonas Carvalho, 125, Centro, Mirangaba-Bahia, CEP:44.745-000.

2.compensatória de% (..... por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

13.3.A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.4.Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.1.Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.4.2.Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.3.Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.5.A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.6.Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a)a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b)as peculiaridades do caso concreto;
- c)as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d)os danos que dela provierem para o Contratante;
- e)a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.7.Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

13.8.A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.10.As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).



Prefeitura Municipal de Mirangaba

CNPJ: 13.913.371/0001-06, Avenida Jonas Carvalho, 125, Centro, Mirangaba-Bahia, CEP:44.745-000.

13.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

14.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

14.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

14.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

14.3. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

14.3.1. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

14.3.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

14.4. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

14.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.5. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- 14.5.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 14.5.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 14.5.3.** Indenizações e multas.

14.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições



Prefeitura Municipal de Mirangaba

CNPJ: 13.913.371/0001-06, Avenida Jonas Carvalho, 125, Centro, Mirangaba-Bahia, CEP:44.745-000.

contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– PUBLICAÇÃO

17.1.Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Jacobina - Bahia, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

18.2. Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Mirangaba-BA, ____ de _____ de 20xx.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANGABA
XXXXXXXXXXXX

EMPRESA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME _____

NOME _____

CPF _____

CPF _____



Prefeitura Municipal de Mirangaba

CNPJ: 13.913.371/0001-06, Avenida Jonas Carvalho, 125, Centro, Mirangaba-Bahia, CEP:44.745-000.

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2024

MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL SRP

TIPO – MENOR PREÇO POR LOTE

_____(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE), _____(CNPJ Nº),
sediada no (a) _____
(ENDEREÇO COMPLETO), declara, sob as penas da lei, que cumpre, plenamente, os requisitos exigidos no procedimento licitatório referenciado.

Igualmente, declaramos sob as penas da lei, que nossos diretores, responsáveis legais e técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócio, não são empregados ou ocupantes de cargo comissionado na Administração Pública, bem como nossa Empresa não está incurso em nenhum dos impedimentos elencados no Edital da licitação referenciada.

Finalizando, declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

Cidade, ____ de _____ de 2024.

(nome, carimbo, assinatura do responsável legal da empresa)



Prefeitura Municipal de Mirangaba

CNPJ: 13.913.371/0001-06, Avenida Jonas Carvalho, 125, Centro, Mirangaba-Bahia, CEP:44.745-000.

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CARGOS RESERVADOS PREVISTO EM LEI

_____ (RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE), _____(CNPJ N°), sediada no
(a)_____ (ENDEREÇO COMPLETO), declara, sob as penas da lei, que a
empresa possui a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado
da Previdência Social e que atende às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme
disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Cidade, ____ de _____ de 2024.

(nome, carimbo, e assinatura do responsável legal da empresa).



Prefeitura Municipal de Mirangaba

CNPJ: 13.913.371/0001-06, Avenida Jonas Carvalho, 125, Centro, Mirangaba-Bahia, CEP:44.745-000.

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, OU COOPERATIVA ENQUADRADA NO ARTIGO 34 DA LEI Nº 11.488, DE 2007.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2024

MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL SRP

TIPO – MENOR PREÇO POR LOTE

DECLARO, sob as penas da Lei, em atendimento ao Edital do **Pregão Presencial SRP nº 016/2024**, promovido pela PREFEITURA DE MUNICIPAL DE MIRANGABA, marcado para às **09:00** horas do dia **22/10/2024**, que a empresa (nome completo) – CNPJ n.º _____, com sede (ou domicílio) no (endereço completo), por mim representada, atende os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, em especial quanto ao seu art. 3º.

Cidade, ____ de _____ de 2024.

(nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).



Prefeitura Municipal de Mirangaba

CNPJ: 13.913.371/0001-06, Avenida Jonas Carvalho, 125, Centro, Mirangaba-Bahia, CEP:44.745-000.

ANEXO VIII

MODELO DECLARAÇÃO DA LICITANTE DE CUMPRIMENTO AO ARTIGO 7º, INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (ART. 68, INCISO VI, DA LEI 14.133/2021).

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2024

MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL SRP

TIPO – MENOR PREÇO POR LOTE

A signatária _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu responsável legal _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, declara para os devidos fins do disposto no art. 68, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz

Sim() Não ()

Cidade, ____ de _____ de 2024

(nome, carimbo, e assinatura do responsável legal da empresa).



Prefeitura Municipal de Mirangaba

CNPJ: 13.913.371/0001-06, Avenida Jonas Carvalho, 125, Centro, Mirangaba-Bahia, CEP:44.745-000.

ANEXO IX

MODELO DE DECLARAÇÃO DA LICITANTE DE QUE A PROPOSTA ECONÔMICA COMPREENDE A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS (art. 63, §1º, da Lei nº 14.133/2021).

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2024

MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL SRP

TIPO – MENOR PREÇO POR LOTE

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu responsável legal _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, declara para os devidos fins do disposto no art. 63, §1º, da Lei nº 14.133/2021, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Cidade, ____ de _____ de 2024.

(nome, carimbo, e assinatura do responsável legal da empresa).



Prefeitura Municipal de Mirangaba

CNPJ: 13.913.371/0001-06, Avenida Jonas Carvalho, 125, Centro, Mirangaba-Bahia, CEP:44.745-000.

ANEXO X

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE SERVIDOR PÚBLICO

A empresa **XXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob nº **XXXXXXXXXXXX**, com sede à **XXXXXXXXXXXX**, **XXXXXXXX**, **DECLARA**, sob as penas da lei, para fins do processo licitatório, a inexistência no quadro da empresa, de dirigentes ou sócios ou empregados com vínculo de servidor (a) ou empregado (a) público, ou agente político na esfera federal, estadual ou municipal, ou seu cônjuge ou companheiro (a), ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau.

Cidade _____, XX de XXXXX de 2024

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CNPJ nº XXXXXXXXXXXXXXX